

**Vulnerabilidades, Violências
e Discriminações:**

A Realidade (Invisível) das
Travestis Trabalhadoras do
Sexo

Nélson Alves Ramalho

**Mutilação Genital Feminina
na Guiné-Bissau:**

Para quando a sua
erradicação?

Sara Vera-Cruz Quintas

**Permanecer, abandonar ou
retomar à relação abusiva:**

Perceção de mulheres
vítimas de violência conjugal

Mariana Pinto

**As motivações do
voluntariado na APAV:**

Altruísmo versus Ajuda

Elsa Beja

**POR SEMANA A APAV APOIA 18 PESSOAS
IDOSAS VÍTIMAS DE CRIME OU DE VIOLÊNCIA.***

CA-LAR É SER CÚMPLICE.

Se é familiar, vizinho ou se costuma estar em contacto com pessoas idosas, esteja atento. Desmazelo súbito, tristeza ou outros comportamentos estranhos não podem ser ignorados.

A violência contra pessoas idosas manifesta-se de muitas formas. Algumas quase invisíveis. Não desvalorize. Ligue.

CHAMADA GRATUITA
116 006
LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H

APAV

Apoio à Vítima

EDITORIAL



Ricardo Rocha

O *Prémio APAV para a Investigação*, com o apoio da Fundação Montepio, destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Neste número 11 da *Miscellanea APAV* iremos dar-vos a conhecer os trabalhos que se destacaram na quinta edição do Prémio Investigação APAV, que teve lugar em 2019. Partilharemos também um trabalho sobre um tema tão central no trabalho que realizamos: o voluntariado.

O trabalho de Nélson Alves Ramalho “*Virar Travesti*”: *Trajectórias de Vida, Prostituição e Vulnerabilidade Social* foi o vencedor desta edição. Nélson concluiu a tese de doutoramento no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), na Escola de Sociologia e Políticas Públicas, e venceu este prémio com um trabalho que resultou de cinco anos – 720 horas – de investigação e experiência com a população travesti trabalhadora do sexo.

Esta investigação, que preenche lacunas no conhecimento científico, com ganhos relevantes não só para a problematização do género e da sexualidade, como também para a “desocultação” e visibilidade da população travesti, dá visibilidade a um grupo social que tem sido negligenciado pela sociedade e pelas instituições.

Integram também esta edição, os resumos dos trabalhos que receberam as duas Menções Honrosas atribuídas:

O trabalho de Sara Vera-Cruz Quintas, *Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: Para quando a sua erradicação?*, foi realizado no âmbito da pós-graduação em Direitos Humanos, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O interesse pelo tema surge no 2º ano da licenciatura em Relações Internacionais, onde desenvolveu um trabalho de investigação sobre essa prática na Nigéria. Esse trabalho despertou a sua vontade para “*perceber quais as razões ligadas a esta prática nefasta, tão cruel e de tortura evidente, com danos irreversíveis para a saúde da mulher*”.

O terceiro artigo resume o trabalho apresentado por Mariana Pinto, intitulado *Permanecer, abandonar ou retomar à relação abusiva: percepção de mulheres vítimas de violência conjugal*, que resulta da investigação realizada na sua dissertação do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. No seu trabalho de análise a Mariana entrevistou 21 mulheres vítimas de violência conjugal, um perfil de vítima com quem contacta diariamente por força da colaboração que estabelece com a APAV desde 2018.

Este estudo reitera a importância de conhecermos as causas que influenciam a saída das mulheres dos seus relacionamentos, uma vez que é um dado central para delinear estratégias práticas que auxiliem os profissionais que, no seu contexto de trabalho, contactam com mulheres vítimas de violência conjugal. Chama a atenção para a importância de identificarmos também os motivos que as levam a retomar ou a manter-se nos seus relacionamentos, elementos que não podem nem devem ser desconsiderados.

Por fim, Elsa Beja, apresenta-nos um trabalho sobre o voluntariado que teve como propósito perceber quais são as principais motivações e expectativas do trabalho de voluntariado no geral e, em particular, na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O trabalho centra-se na análise da dicotomia *Altruísmo* e a *Ajuda* enquanto elementos-chave no exercício do voluntariado. O *Altruísmo* emerge como gosto, motivação e contribuição; a *Ajuda*, por seu lado, centra-se nas capacidades, na experiência, no retribuir, na comunidade e no retorno. Segundo a autora, os discursos no seu todo e as palavras escolhidas falam por si, confirmando que o voluntariado é um acto de solidariedade e altruísmo, mas que implica sempre algum “interesse egoísta” para quem o pratica, seja pela experiência adquirida, pela sensação de bem-estar que traz ao voluntário, pela contribuição prestada à sociedade.

Dada a importância do voluntariado, não sendo demais valorizá-lo, importa também conhecê-lo, para sabermos o que o move e alimenta.

Hoje, mais do que nunca, a ação da APAV muito deve à dedicação e à solidariedade das voluntárias e dos voluntários que constituem a sua rede a nível nacional e que apoiam, todos os dias, na prossecução da sua missão.

Um bem-haja pelo vosso contributo!

Rosa Saavedra



CONTEÚDO



Vulnerabilidades, Violências e Discriminações:

A Realidade (Invisível) das Travestis Trabalhadoras do Sexo

Nélson Alves Ramalho

P 8



Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau:

Para quando a sua erradicação?

Sara Vera-Cruz Quintas

P 15



Permanecer, abandonar ou retomar à relação abusiva:

Perceção de mulheres vítimas de violência conjugal

Mariana Pinto

P 23



As motivações do voluntariado na APAV:

Altruísmo versus Ajuda

Elsa Beja

P 28

ISBN 978-972-8852-79-5

MISCELLANEA APAV

2020 © APAV
Associação Portuguesa
de Apoio à Vítima

APAV
Rua José Estevão 135 A
1150 201 Lisboa

+351 21 358 79 00

apav.sede@apav.pt
www.apav.pt

Esta edição da Miscellanea APAV é ilustrada com fotografias de Ricardo Rocha.

Nasceu em Lisboa em 1975 e aí viveu os primeiros anos da sua infância. Regressou a esta cidade anos mais tarde para a Licenciatura em Engenharia Física Tecnológica, no Instituto Superior Técnico, e para iniciar o seu percurso profissional. Talvez por isso, e apesar de já não residir em Lisboa, esta cidade se mantenha tão presente nos seus registos fotográficos. Em tempo de lazer e viagens, vão-se juntando outras cidades e outras pessoas.

NOTA:

Foi dada liberdade aos/às autores/as dos artigos que constam do presente número da Revista MISCELLANEA APAV para redigi-los, ou não, ao abrigo das normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, tendo cada um/a optado individualmente.



ATÉ QUE A MORTE NOS SEPARE

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
NÃO TEM QUE SER PARA SEMPRE

APAV[®]
associação portuguesa de
Apoio à Vítima

CHAMADA GRATUITA
116 006
LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H

BIOGRAFIAS



Ricardo Rocha

Elsa Beja

Licenciada em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (1994-1998) e pós-graduada em análise de dados em Ciências Sociais pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2017-2018). Desde 2000 colabora com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima onde desempenha atualmente funções de Assessora Técnica da Direção para a Estatística & Qualidade.

Mariana Pinto

Licenciada e Mestre em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Colabora com a APAV desde 2018, em particular com o Gabinete de Apoio à Vítima do Porto e com a sub-rede especializada UAVMD (Unidade de Apoio a Vítima Migrantes e de Discriminação). Atualmente, é também técnica do projeto SER Plus - Sensibilizar e Educar para os Relacionamentos

Nélson Alves Ramalho

Licenciado e Doutor em Serviço Social. É professor auxiliar convidado no Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Lisboa e Investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Os seus interesses de investigação recaem sobre as temáticas da sexualidade, género, trabalho sexual, LGBT e intervenção social, sendo autor de vários artigos e capítulos de livros nessas áreas de estudo.

Sara Vera-Cruz Quintas

Nascida em Setúbal em 1990. Pós Graduada em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito de Coimbra em 2013. Apaixonada por viagens e pelas culturas, procura sempre aprender com as pessoas que encontra. Acredita que, na diferença e na diversidade, está a beleza da humanidade.

Vulnerabilidades, Violências e Discriminações: A Realidade (Invisível) das Travestis Trabalhadoras do Sexo

Nélson Alves Ramalho



Ricardo Rocha

Resumo

Em Portugal, a população *travesti* trabalhadora do sexo não tem sido alvo de interesse científico, razão pela qual se mantém praticamente desconhecida. Ao não haver um real entendimento sobre ela, os discursos produzidos, na sua maioria a partir de um contacto superficial, têm favorecido a construção de imagens estigmatizantes, com consequências ao nível da sua exclusão. Para contrariar esta tendência, procurou-se, ao longo de cinco anos, imergir no “mundo” da prostituição *travesti* com o objetivo de compreender: (i) as “forças sociais” que, ao longo das trajetórias de vida, ajudaram a compor e definir a identidade *travesti*; (ii) o modo como o trabalho sexual se constituiu (ou não) um elemento facilitador dessa experiência identitária; e (iii) as situações de vulnerabilidade social a que as *travestis* eram alvo. Os resultados obtidos constituem-se um instrumento para desafiar as políticas públicas a adotarem medidas que permitam conceder visibilidade a esta população e eliminar a opressão de género e sexual que lhe está associada.

Palavras-Chave

Género, *Travestis*, Trajetórias de Vida, Trabalho Sexual, Vulnerabilidade Social.

Introdução

A investigação centrou-se sobre um dos grupos mais incompreendidos da sociedade portuguesa: as *travestis* trabalhadoras do sexo⁽¹⁾. O interesse em investigá-las partiu de um conjunto de razões de ordem *profissional* (ligadas à experiência prévia de intervenção comunitária com trabalhadorxs do sexo), *social* (pela constatação de as *travestis* serem socialmente percecionadas como “aberrações da natureza”, “promíscuas” ou “perigosas”, com consequências na promoção de comportamentos transfóbicos, na incitação ao ódio e na constituição de um clima de violência que as impulsionava para territórios periféricos, marginais e ligados ao submundo) e *científica* (pela existência de um limitado conhecimento sobre esta população).

Na generalidade, o tema da prostituição tem permitido o surgimento de um complexo debate sobre a sexualidade, o corpo,

(1) *Travesti* é uma categoria identitária que abarca uma diversidade de pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença, mas que exprimem, em diferentes graus, o género feminino. Embora, gramaticalmente, esta categoria seja um substantivo masculino (o *travesti*), observei que, nas práticas linguísticas dos sujeitos investigados havia uma manifesta subversão a esta e outras normas gramaticais, fazendo uso frequente da palavra *travesti* (assim como de pronomes, adjetivos e substantivos) no feminino para se auto identificarem e referirem a si mesmos. Isto ocorria não só porque dentro dos contextos prostitucionais era exigido que se apresentassem com uma estética feminina, como também porque, alguns sujeitos, se construíam corporalmente “como mulheres” e assim desejavam ser tratados. Por esta razão, neste trabalho, designarei as *travestis* (e não os *travestis*) a fim de respeitar a sua identidade e o modo de se auto representarem.

o género e a violência, primordialmente dentro do pensamento feminista (Sloan & Wahab, 2000; Sutherland, 2004). Porém, este debate não só tem sido dominado por um paradigma moral, cujas vozes dos trabalhadores do sexo estão sub-representadas (Weitzer, 2009), como as *travestis* não têm sido problematizadas da mesma forma, e com a mesma intensidade, que as relações de poder e género na análise das mulheres – o centro das teorias feministas e, conseqüentemente, das próprias políticas públicas. Em resultado, o conhecimento científico nacional e internacional sobre o trabalho sexual tem vindo a incidir, maioritariamente, sobre os atores do sexo feminino (sobretudo dos contextos de rua), prestando menor atenção aos restantes sujeitos da indústria do sexo, nomeadamente homens e *travestis* (Oliveira, 2018), resultando numa distorção do conhecimento sobre a indústria mundial do sexo (Weitzer, 2009).

Além disso, as pessoas transgénero assumem, em Portugal, uma condição de invisibilidade não só dentro do próprio movimento Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero (LGBT) (Nogueira & Oliveira, 2010) como também dentro da academia, em especial, nas ciências sociais, cuja produção científica é marcadamente incipiente (Saleiro, 2009, 2013). Embora, nos últimos anos, se tenha vindo a observar o desenvolvimento de alguns estudos sobre o fenómeno trans (Moleiro & Pinto, 2012, 2015; Pinto, 2014; Rodrigues, 2016; Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2013; Saleiro, 2009, 2013), as *travestis* continuam a ser alvo de pouco interesse científico. Em 2011, quando dei início à pesquisa, poucas eram as investigações que, até então, se tinham debruçado sobre elas (Bernardo et al., 1997; Dias et al., 2011; Duarte & Clemente, 1982; Jayme, 2001). Ainda que marcassem presença assídua nas ruas, nas páginas de internet e nos classificados dos jornais diários, as *travestis* trabalhadoras do sexo não eram abordadas, comentadas e analisadas, razão pela qual se mantinham praticamente desconhecidas. Os poucos estudos existentes apontavam, porém, que possuíam uma saúde precária, sobretudo por razões do VIH/Sida, e eram alvo de crimes e experiências de vitimação, que, combinados, resultavam em isolamento e exclusão social. Deste modo, a carência de estudos e a necessidade de colocar na agenda política das ciências sociais a produção de conhecimento sobre um grupo de pessoas marcadamente invisível, foram razões para dar início a esta pesquisa, por forma a possibilitar a tomada de medidas que lhes garantisse alguma proteção.

Partindo do entendimento que todos os indivíduos se constroem de acordo com as interações sociais estabelecidas e as possibilidades (ou impossibilidades) que delas vão surgindo dentro dos contextos específicos em que se encontram inseridos (Amâncio, 2000; Dubar, 1997), as minhas interrogações iniciais levaram-me a crer que as experiências sociais que as *travestis* haviam tido no passado, bem como as condições materiais, emocionais, familiares e culturais que lhes estavam acessíveis, teriam contribuído para determinar a sua identidade. O «*virar travesti*» – expressão utilizada por elas para designarem o seu processo de “oscilação” e/ou “migração” de género (Ekins & King, 2006) – teria sido a materialização da possibilidade de existência dentro dos sistemas sociais que partilhavam, ou seja, teria sido o “lugar” no qual se puderam ontologicamente constituir e afirmar como pessoas. Neste sentido, pretendi, num *primeiro objetivo*, compreender não só em que consistia a identidade *travesti*, como a partir de quê e como ela teria sido produzida. Que mecanismos sociais teriam sido acionados para que iniciassem processos de travestilidade em detrimento de outros (p. ex. ser *gay* efeminado, *drag*, transformista, transexual)? Como se teria elaborado a construção identitária até se reconhecerem *travestis*?

Para compreender as suas subjetividades necessitei de desvendar o modo como as trajetórias de vida tinham contribuído para essa construção pessoal e identificar as “forças sociais” (Baxter, Braithwaite & Nicholson, 1999) que, em certo momento, transformaram positiva ou negativamente o curso da sua vida.

Porém, um estudo sobre o «*virar travesti*» conduzia-me à necessidade de compreender e interpretar as relações entre as trajetórias de vida, o género e o trabalho sexual. Em que medida estariam interligadas? Como se cruzavam? Desejava saber de que forma o trabalho sexual poderia constituir-se (ou não) um elemento facilitador na construção do “ser *travesti*”. Todas estas questionamentos levaram-me a formular um *segundo objetivo* centrado na necessidade de conhecer os espaços de trabalho sexual nos quais se encontravam integradas. Para tal, precisei de dominar as suas linguagens, entender as características, práticas, dinâmicas e particularidades que organizavam a sua ação profissional para compreender como se revestia a sua identidade. Com base no conhecimento das histórias de vida e do trabalho sexual, pretendi, num *terceiro objetivo*, identificar as experiências de risco, vulnerabilidade e vitimação que se encontravam sujeitas e que as mantinham segregadas, em condições de invisibilidade e exclusão social.

Metodologia

Para materializar os objetivos traçados procedi a uma imersão na vida *travesti*, através do contacto direto e o desenvolvimento de relações de confiança, resultantes de uma presença prolongada nos contextos prostitucionais em que se moviam. Para tal foi necessário “viver dentro” dos seus ambientes, misturar-me com elas e tentar-me pôr “na sua pele” (Velho, 1987). A *etnografia* mostrou ser o método que melhor se adequava aos objetivos pela grande relevância no estudo de fenómenos sociais ocultos, clandestinos, secretos, desviantes ou incompreendidos. Através das suas lógicas de ação, a etnografia consegue descrever situações, ambientes, pessoas, discursos e interpretar a “cultura” de determinados contextos. Ao captar a experiência social por via da perspetiva interna (*inside knowledge*) consegue compreendê-la muito melhor que qualquer outro método (Burgess, 2001 [1984], p. 86).

Todavia, as diminutas relações que, até então, havia estabelecido com o mundo da prostituição *travesti* originaram dificuldades em aceder ao seu meio. Onde poderia eu encontrá-las? Como poderia aproxima-me delas? Por onde começar a etnografia? Estas e outras questões interpelaram-me, causando algum sentimento de angústia. Por via do estabelecimento de contactos informais acabei, no entanto, por ter conhecimento do Projeto “Trans-Porta” da Associação para o Planeamento da Família, que tinha como objetivo a promoção da saúde das *travestis* trabalhadoras do sexo. A equipa do projeto intervinha nos contextos onde esta população exercia a sua atividade, através de *brigadas de rua*, realizadas em período noturno, fornecendo materiais para a redução dos riscos associados à prática do trabalho sexual. Ora, sabendo que a integração nesta equipa estava dependente, em larga medida, de autorização institucional, tentei expor o conteúdo da minha pesquisa, deixando claro que não pretendia fazer das *travestis* um objeto “exótico”, mas observar as suas interações, complementadas por entrevistas, para tentar compreender, a partir de “dentro”, as suas identidades, a

natureza das relações sociais, as violências sofridas e os motivos da sua rejeição social.

A ação do “Trans-Porta” centrava-se, sobretudo, na zona do “Conde Redondo”, atualmente pertencente às freguesias de Arroios e Santo António, na medida em que este é considerado, na Grande Lisboa, o local de maior expressão de prostituição de rua travesti. O «Conde» – designação pela qual era conhecido – impôs-se-me como a minha *unidade socioterritorial de pesquisa* onde inicie e desenvolvi a maior parte das atividades de recolha de dados, constituindo-se como o *locus* da etnografia.

Ao contrário de outros estudos etnográficos cuja abordagem é composta por uma *observação contínua* no território, implicando muitas vezes a vivência do investigador nesse espaço, a minha observação realizou-se de forma *interrompida* (Cefaï, 2013). Como a entrada no terreno estava dependente do “Trans-Porta”, as observações estavam sujeitas ao horário das *brigadas de rua*, realizadas quinzenalmente. Face aos objetivos, considerei ser insuficiente a estadia no «Conde» duas vezes por mês, uma média mensal de 12 horas de observações. Para conhecer as *travestis*, imergir nas suas atividades e ganhar a sua confiança eu tinha de “gastar tempo” (Whyte, 2005 [1943], p. 295) com elas. Por esta razão, prolonguei a estadia no terreno por mais tempo do que inicialmente tinha previsto, acabando por dedicar *cinco anos* da minha vida a investigar a experiência *travesti*, o que correspondeu a um total temporal de 720 horas de observações. A amplitude da pesquisa fez dela uma *macroetnografia* (Streubert & Carpenter, 2002).

Para o seu desenvolvimento procedi a uma “operação metodológica combinada”, que envolveu a articulação de diferentes técnicas e instrumentos: a recolha de informação documental; a realização de entrevistas exploratórias a especialistas; a observação participante e não participante em diferentes atividades e espaços – alguns “virtuais” (p.ex. páginas de internet e redes sociais) e outros “físicos” (p.ex. rua, cafés, bares e discotecas, saunas e espaços domésticos) – a aplicação de grelhas de observação; a constituição de notas de campo; o estabelecimento de conversas informais com vários atores do território prostitucional; bem como a realização de entrevistas informais e semiestruturadas a *travestis* e outros intervenientes-chave, nomeadamente clientes, namorados e assistentes sociais.

Ao total foram realizadas 21 entrevistas em profundidade a *travestis* trabalhadoras do sexo, com foco no *método biográfico* (Harrison, 2008) por forma a permitir a reconstrução das suas trajetórias familiares, sociolaborais, migratórias, afetivas, sexuais, entre outras, dado estarem em estreita relação com o seu processo de construção pessoal e identitária. A sua seleção baseou-se em critérios de *amostragem de casos múltiplos por homogeneização* (Pires, 1997) e a *diversidade interna* do grupo foi garantida através de uma seleção em função: (i) da idade; (ii) da nacionalidade; (iii) da escolaridade; (iv) do tempo de exercício do trabalho sexual e (v) da “modalidade” de expressão de género.

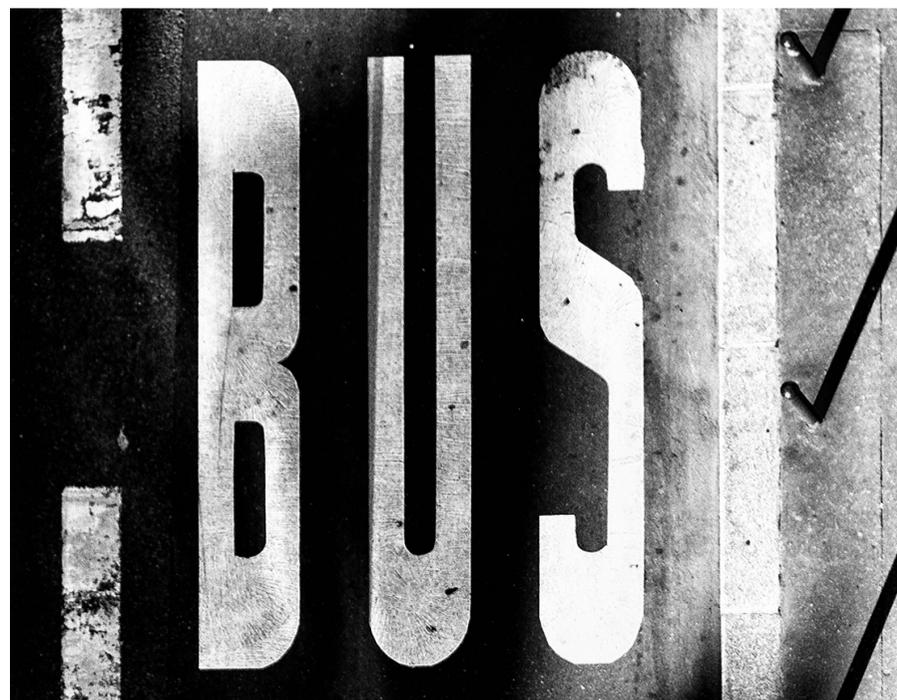
Após a transcrição das entrevistas deparei-me com um acervo de 653 páginas de dados brutos. Para os analisar, procedi, numa primeira etapa, a uma escuta das gravações de forma a identificar eventuais lacunas de transcrição e, posteriormente, a uma leitura atenta a cada entrevista, o que me conduziu a um conhecimento

da totalidade do discurso e à identificação dos vários factos que constituíram os “pontos de viragem” no curso das suas trajetórias, assim como as causas a eles atribuídos. Esta ação revelou-se como um primeiro esforço de análise e interpretação. Posteriormente, as entrevistas foram submetidas a técnicas de *análise de conteúdo* (Bardin, 2013), auxiliadas pelo *software* MAXQDA, para reduzir a complexidade dos dados e introduzir uma ordem no material que, até então, se encontrava desorganizado. Por fim, com a formulação de sucessivas inferências fui atribuindo sentido aos discursos e construindo indutivamente um paradigma *compreensivo, explicativo e interpretativo* da “cultura” das *travestis* trabalhadoras do sexo, em Portugal, cujos resultados foram apresentados em cinco capítulos: (i) Narrativas de rejeição: A história de uma expulsão; (ii) O «Conde»: Um território aberto ao mercado do sexo; (iii) O corpo na construção e afirmação das identidades *travestis*; (iv) Vidas precárias: vulnerabilidades, violências e discriminações; e (v) Redes de suporte social e solidariedade.

Resultados

Trajetórias de vida e “forças sociais” condicionadoras da travestilidade

Da análise das trajetórias de vida, constatou-se que a travestilidade estava intimamente relacionada com a condição de classe, tendo sido forjada em contextos socialmente vulneráveis. Em crianças, os comportamentos gendrados percecionados como “desajustados” eram fortemente reprovados pelos familiares, professores e outros educadores que, a fim de promoverem uma conformação às normas sociais de género, estabeleciam reações de intensa ostracização e violência, disciplinando os seus corpos por via de pedagogias autoritárias. A família, a escola e a comunidade local eram, por isso, vistos pelas *travestis* como lugares inseguros, opressivos, incapazes de lidar com a diversidade de género, pelo que a fuga/expulsão destes espaços em idade bastante jovem foi, para muitas, uma realidade. A autonomização dos contextos de origem e consequente integração em espaços de divertimento noturno (ligados particularmente ao espetáculo *transformista*), permitiu-lhes, no entanto, estabelecer sociabilidade com outras pessoas, cujas experiências de rejeição eram semelhantes às suas, e, desse modo, se aproximarem do “mundo *travesti*”.



Ricardo Rocha

O trabalho sexual com elemento facilitador da experiência identitária

Diante das dificuldades económicas decorrentes do processo de autonomização, a entrada nos territórios prostitucionais tornou-se facilitada pela participação nas novas redes afetivas, onde algumas *travestis* mais experientes no trabalho sexual se disponibilizaram a ajudar as novatas a «descer na rua». Nas interações quotidianas, o *habitus* cultural do grupo *travesti* foi sendo adquirido e assimilado por estas, possibilitando o acesso a uma identidade coletiva, partilhada por vários sujeitos. Através do estreitamento dos laços de solidariedade (que funcionavam, por vezes, como “famílias alternativas”), a identificação com o “mundo *travesti*” favoreceu a renegociação da sua identidade e uma maior conformidade com as expressões de género existentes no seio do grupo, pelo que a prostituição acabou por funcionar como um importante agente onde se aprendeu a “ser *travesti*”. Essa identidade estava ligada à construção de uma aparência feminina. No esquema conceptual do grupo, quem concebesse uma feminilidade permanente a partir de hormonas, silicone ou cirurgias estéticas, tinha um *status* maior do que quem construísse uma feminilidade temporária, por via de perucas e esponjas. Deste modo, as primeiras eram reconhecidas como «*verdadeiras travestis*» e as segundas «*gay montadas*». Pese embora esta diferenciação identitária, o universo *travesti* era bastante heterogéneo. Contrariamente a certos estudos que tendem a retratar a identidade *travesti* como uniforme, reduzindo-a a um determinado “perfil”, reiterando visões “essencialistas”, foi observada a existência de múltiplas experiências identitárias e corporais, algumas bastante fluidas. O seu reconhecimento e identificação foi, talvez, um dos contributos mais importantes, permitindo conferir inteligibilidade social a sujeitos invisibilizados por conceções limitadoras do que é “ser *travesti*”.

Vulnerabilidades, violências e discriminações

As *travestis* tinham a possibilidade de, na prostituição, serem admiradas e desejadas por muitos homens, o que contribuía para produzirem sentimentos de valorização, que aliados a aspetos simbólicos da obtenção do dinheiro com a venda dos serviços sexuais, fazia com que elas se mantivessem na atividade. O trabalho sexual era, em certa medida, fonte de realização pessoal, contudo, expunha-as a inúmeras e intensas experiências de vulnerabilidade. O facto de serem impedidas de frequentar certas pensões e estabelecimentos comerciais ligados à indústria do sexo presentes no «*Conde*», a alternativa que restava, especialmente a quem não residia nas redondezas, era prostituir-se em carros, vãos de escada ou espaços residenciais velhos e degradados, cuja qualidade era bastante diminuta. Esta precarização das condições laborais impactava diretamente na sua saúde, condicionando o exercício de práticas sexuais protegidas e favorecendo uma elevada exposição ao VIH/Sida. Ao nível da segurança pessoal, estavam sujeitas a uma diversidade de violências. Desde logo confrontavam-se, no seio do grupo, com uma territorialização dos «*pontos*» de prostituição, sofrendo ameaças e intimidações por parte de algumas colegas. Fora do grupo, deparavam-se com insultos verbais, roubos, agressões físicas, sequestros, violações e, inclusive, tentativas de homicídio. Esta vitimação raramente era denunciada às autoridades policiais por descrédito no sistema de justiça, pelo que as *travestis* partilhavam um forte sentimento de “desproteção”.

Para além dos contextos de trabalho sexual as experiências de vulnerabilidade eram também diversas, razão pela qual as *travestis* procediam a uma apropriação limitada do *espaço público* por receio de se exporem aos olhares e comportamentos discriminatórios. As suas relações sociais e atividades quotidianas estavam, assim, restritas a uma espacialidade e temporalidade específica, centrada fundamentalmente nos territórios de prostituição e nos contextos noturnos.

Em termos *habitacionais* eram obrigadas a viver confinadas em pensões ou quartos de casa dada a dificuldade em arrendar uma habitação. No *mercado de emprego*, as oportunidades eram diminutas porque a maioria das entidades empregadoras recusava a entrada de *travestis* nas suas organizações. No domínio da *saúde*, tendiam a apresentar um bem-estar físico e psicológico deficitário, afetado negativamente pelas inúmeras dificuldades em aceder aos serviços. Era-lhes vedada a possibilidade de aceder a tratamentos seguros e adequados para modificar o corpo por não reproduzirem o discurso clínico da transexualidade, o que as levava a ter de recorrer ao consumo de substâncias hormonais e à aplicação de injeções caseiras de silicone industrial, realizadas em condições precárias e sem supervisão médica, mesmo sabendo dos enormes riscos (alguns irreversíveis) que essas práticas poderiam provocar.

Diante destas inúmeras experiências de vitimação, as frágeis redes sociais que dispunham, tinham dificuldade em assegurar-lhes o suporte e proteção que necessitavam. Eram raros os familiares que se implicavam na gestão dos seus problemas. A maioria, quando não as rejeitava ou mantinha relacionamentos distanciados, estabelecia com elas relações de dependência material. Ainda que as interações no «*Conde*» favorecessem a interajuda e minimizassem os efeitos dos constrangimentos societários, eram escassas as «*amizades verdadeiras*». Por essa razão certas *travestis* experienciavam situações de isolamento e solidão. No domínio institucional, os serviços sociais não estavam sensíveis para lidar com as questões da identidade de género e as associações LGBT apresentavam um distanciamento físico e discursivo da sua realidade social e, como tal, as reivindicações sociopolíticas por elas apresentadas não tinham em conta muitas das dificuldades vividas por esta população.

Conclusões e Recomendações

Ao ter abordado um tema inovador no panorama das ciências sociais, em Portugal, e em particular, no Serviço Social, estou consciente que ficaram por responder muitas questões relacionadas com os processos de envelhecimento, os públicos clientelares, as experiências de reclusão em estabelecimento prisionais, entre outros aspetos. Contudo, estou confiante que a concretização desta investigação conseguiu preencher lacunas no conhecimento científico, trazendo ganhos importantes não só para a problematização do género e da sexualidade nas sociedades contemporâneas, como também para a “desocultação” e visibilidade de um grupo social que, ao longo dos anos, tem permanecido esquecido e negligenciado na agenda investigativa dos cientistas sociais. O primeiro passo já foi dado: conhecer o fenómeno das *travestis* trabalhadoras do sexo em Portugal. Através de uma análise compreensiva da sua realidade acredito que dispomos, hoje, de informação capaz de ajudar a delinear programas, serviços e políticas que respondam

aos interesses, especificidades e vulnerabilidades sentidas por esta população.

No processo de transferência de conhecimento para a prática (Ruckdeschel & Chambon, 2010), os resultados desta pesquisa constituem-se um caminho fértil para desafiar os serviços sociais a adotarem *práticas anti-discriminatórias e anti-opressivas*. Estas práticas – potencialmente “transformadoras” da realidade social – ao estarem comprometidas com a implementação de princípios de igualdade e justiça social (Dominelli, 1998), tornam-se inseparáveis de um posicionamento ideológico sociopolítico (Baines, 2007), pelo que, como propostas de ação, espera-se que os interventores sociais desenvolvam esforços que ajudem: (i) na reconfiguração do sistema de género; (ii) na reivindicação de políticas públicas; e (iii) na promoção de práticas e serviços profissionais afirmativos que atendam competentemente as necessidades das pessoas com expressões e identidades de género não normativas, assegurando os seus direitos humanos.



Ricardo Rocha

Referências Bibliográficas

Amâncio, L. (2000). Identidade social e relações intergrupais. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Baines, D. (2007). *Doing anti-oppressive practice: Building transformative politicized social work*. Black Point, Nova Scotia: Fernwood Publishing.

Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo*. Coimbra: Edições 70.

Baxter, L., Braithwaite, D., & Nicholson, J. (1999). Turning points in the development of blended families. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16(3), 291-313.

Bernardo, J., Campos, M., Machado, G., Diniz, G., Tavares, J., Vandolly, K., & Júnio, G. (1997). The portuguese transgender community: An unknown reality. Comunicação apresentada na XII World AIDS Conference - "Bridging the Gap". Genebra. Disponível em http://tgeu.net/PubAr/Documents/GrouPro/p_ATrans_Genebra.pdf

Burgess, R. (2001). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora (trabalho original publicado em 1984).

Cefaï, D. (2013). Qué es la etnografía? Debates contemporáneos. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. *Persona y Sociedad*, 27(1), 101-119.

Dias, S., Mendão, L., Cohen, G., Rego, I., Gama, A., Fernandes, ... Esteves, J. (2011). *Relatório comunitário: Estudo com trabalhadores do sexo*. Lisboa: GAT, Coordenação Nacional para Infeção VIH/Sida, Alto Comissariado da Saúde & Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Dominelli, L. (1998). Anti-oppressive practice in context. Em R. Adams, L. Dominelli & M. Payne (Orgs.), *Social work: Themes, issues and critical debates* (pp. 3-22). Londres: Macmillan Press.

Duarte, A., & Clemente, H. (1982). *Prostituição masculina em Lisboa* (3ª ed.). Lisboa: Contra-Relógio.

Dubar, C. (1997). *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

Ekins, R., & King, D. (2006). *The transgender phenomenon*. Londres: Sage.

Harrison, B. (Org.) (2008). *Life story research* (vol. 1). Londres: Sage.

Jayne, J. (2001). *Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: Personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. Campinas, Tese de doutoramento em antropologia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Moleiro, C., & Pinto, N. (2012). As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *Psicologia*, XXVI(1), 129-151.

Moleiro, C., & Pinto, N. (2015). Sexual orientation and gender identity: Review of concepts, controversies and their relation to psychopathology classification systems. *Frontiers in Psychology*, 6, 1-6.

Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (Org.) (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual*

e da identidade de género. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Oliveira, A. (2018). Same work, different oppression: Stigma and its consequences for male and transgender sex workers in Portugal. *International Journal of Iberian Studies*, 31(1), 11-26.

Pinto, N. (2014). *Experiencing and representing transsexuality: Developmental trajectories of, and social representations on, transsexual people*. Lisboa, Tese de doutoramento em psicologia apresentada ao ISCTE-IUL.

Pires, A. (1997). *Échantillonnage et recherche qualitative: Essai théorique et méthodologique*. Saguenay.

Rodrigues, L. (2016). *Viagens trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma aproximação psicológica feminista crítica*. Porto, Tese de doutoramento em psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Rodrigues, L., Carneiro, N., & Nogueira, C. (2013). Contributos da psicologia social crítica e dos direitos humanos para a abordagem das transexualidades. Em S. Magalhães & T. Alvarez (Orgs.), *Romper as fronteiras: A interseccionalidade nas questões de género e feministas* (pp. 49-60). Vila Franca de Xira: Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres.

Ruckdeschel, R., & Chambon, A. (2010). The uses of social work research. Em I. Shaw, K. Briar-Lawson, J. Orme & R. Ruckdeschel (Orgs.), *The SAGE handbook of social work research* (pp. 195-210). Londres: Sage.

Saleiro, S. (2009). Transexualidade e transgénero em Portugal: Dois "vazios" em debate. Atas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. (pp. 84-90). Braga: Universidade do Minho.

Saleiro, S. (2013). *Trans géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Lisboa, Tese de doutoramento em sociologia apresentada ao ISCTE-IUL.

Sloan, L., & Wahab, S. (2000). Feminist voices on sex work: Implications for social work. *Affilia*, 15, 457-478.

Streubert, H., & Carpenter, D. (2002). *Investigação qualitativa em enfermagem: Avançando o imperativo humanista*. Loures: Lusociência.

Sutherland, K. (2004). Work, sex, and sex-work: Competing feminist discourses on the international sex trade. *Osgoode Hall Journal*, 42, 139-167.

Velho, G. (1987). *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Weitzer, R. (2009). Sociology of sex work. *Annual Review of Sociology*, 35, 213-234.

Whyte, W. (2005). *Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (trabalho original publicado em 1943).



**Ser voluntário/a
é um cartão
de visita.**



APAV[®]
associação portuguesa de
Apoio à Vítima

**Junta-te à APAV.
Voluntariado é dar e receber.**
apav.pt/voluntariado

Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: Para quando a sua erradicação?

Sara Vera-Cruz Quintas



Ricardo Rocha

Trabalho de investigação realizado em 2013 no âmbito da finalização da 15ª Pós-graduação em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

1. Introdução

Desde já quero prestar o meu agradecimento à APAV, pelo convite em poder dar o meu contributo a este número da revista *Miscellanea APAV*. É uma honra poder estar aqui a partilhar um pouco do meu trabalho com todos os leitores e de poder, espero eu, criar alguma reflexão e abrir a discussão para o tema, não só na Guiné-Bissau, bem como em todo o globo.

Este trabalho surge no âmbito de finalização da pós-graduação em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2013. Apesar de estarmos a falar de um trabalho realizado há cerca de 7 anos, o tema infelizmente ainda é muito atual e é a realidade diária de milhões de crianças/meninas no mundo, em pleno século XXI.

Sempre achei ser uma pessoa muito sensível e uma mulher de garra que odeia a forma como as mulheres são tratadas, referidas, omitidas, negligenciadas na sociedade. Por isso, quando ainda na faculdade, tive conhecimento sobre esta tradição nefasta, quis saber mais e tentar perceber o que a nível internacional e regional, estava a ser feito para o seu combate.

A escolha sobre o estudo da MGF na Guiné-Bissau incide pelo passado em comum que Portugal tem com este país, ser também membro da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada em 1996 e onde, entre todos os estados membros, é aquele que apresenta o maior número de vítimas desta prática.

Para além disso a Guiné-Bissau desde 2011 começou a mostrar resultados positivos no combate à MGF: desde a assinatura da lei da proibição de 2011 até ao decreto religioso assinado em fevereiro de 2013. Contudo, este combate torna-se inútil quando estamos perante um país com um cenário político extremamente instável, de extrema pobreza, com um alto índice de analfabetismo entre as mulheres e, ainda, a desigualdade de género presente na vida privada e social.

2. O que é a Mutilação Genital Feminina – MGF

“Tinha 10 anos quando fui excisada. Tive Hemorragias e muitas dores durante três dias. Fui excisada com uma faca. As minhas companheiras, meninas como eu, também choravam muito. Alguns anos depois percebi que o que me fizeram tinha prejudicado para sempre toda a minha vida de mulher. Nos meus quatro partos sempre tive muitas dores na zona da excisão durante duas a três semanas. Na minha vida íntima tenho dificuldades. Ainda hoje quando me dão uma faca para as mãos, lembro-me da excisão”

- Fatumata Seidi, Guiné-Bissau

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “a MGF inclui todas as intervenções que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos, ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos por razões não-médicas”⁽¹⁾

A mais recente classificação da OMS de 2008 divide a MGF em quatro tipos:

Tipo I – Remoção parcial ou total do clitóris e/ou prepúcio (clitoridectomia);

Tipo II – Remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios, com ou sem a excisão dos grandes lábios.) excisão);

Tipo III – Estreitamento do orifício vaginal com a criação de uma membrana selante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou grandes lábios, com ou sem excisão do clitóris (infibulação)

Tipo IV – Todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos por razões não-médicas, por exemplo: Punção/picar; perfuração; incisão/corte; escarificação e cauterização.⁽²⁾

“A MGF pode provocar morte por hemorragia grave, pois leva ao choque hemorrágico como resultado da dor, trauma e/ou infeção generalizada”.

- Manfred Nowak, Relator Especial das Nações Unidas para a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Estas cirurgias, quando realizadas, não tem qualquer tipo de cuidado higiénico adequado, nem assistência médica necessária durante a intervenção. As vítimas vivem momentos de dor silenciosa e retiram-lhes num momento a infância, a inocência que é tão necessária e vital para as crianças.

A nível físico, esperam-lhes cicatrizes eternas, com dores intensas, derrames e hemorragias, infeções pélvicas e que, em alguns casos, pode levar à esterilidade.⁽³⁾

A nível psicológico terão de lidar com o trauma, stress, depressão, perturbações psicológicas, receio, angústia e medo. Este medo reflete-se na intimidade, nas relações sexuais, bem como em tarefas diárias, quando utilizam utensílios cortantes como facas, tesouras, etc.

Aquelas meninas-crianças, que dentro da comunidade, por algum motivo, não são alvo do fanado/excisão, são vistas como promíscuas, impróprias para casar, prostitutas, vulgares e acabam por ser postas à parte da comunidade. Por exemplo, se estiver no seio de uma comunidade muçulmana, a menina que não participou no ritual de iniciação (excisão), não pode entrar na mesquita da vila e é vista como descrente. As que participam são vistas como mulheres e não crianças. Estão prontas para casar e servir o seu marido.

É uma prática nefasta sem qualquer enquadramento; uma prática milenar justificada com argumentos inválidos que contrariam tanto os direitos humanos como a saúde da mulher.

(1) Declaração Conjunta OMS/UNICEF/UNFPA (1997). OMS factsheet n.14 (2008).

(2) Fim à Mutilação Genital Feminina: Uma estratégia para as instituições da União Europeia. Disponível em: http://www.endfgm.eu/content/assets/ENDFGM_summary_PORTUGUESE.pdf acesso a 15 de Abril de 2013.

(3) Fim à Mutilação Genital Feminina: Uma estratégia para as instituições da União Europeia. Disponível em: http://www.endfgm.eu/content/assets/ENDFGM_summary_PORTUGUESE.pdf acesso a 15 de Abril de 2013.

Acredito que o meu sentimento de repulsa por esta prática milenar esteja muito ligado ao facto de ser mulher, jovem, nascida num país europeu onde tenho assegurados os meus direitos humanos e onde cada vez mais se fala e se luta pelos direitos das mulheres e a igualdade entre género. A MGF é abusiva, é uma violação nua e crua ao corpo da mulher e à sua dignidade.

Por ainda existir este tipo de costumes, acresce uma dúvida sobre efetivamente o que se tem vindo a fazer para o combater; quando temos um mundo globalizado, onde a informação se cruza e alcança todas as geografias em menos de um minuto; Quando existem cada vez mais ONG's no combate pelos direitos humanos e a darem voz àqueles que não têm; Quando temos uma Organização das Nações Unidas para a manutenção de paz; Quando existem cada vez mais convenções, tratados, declarações, protocolos entre países e quando a democracia começa a ganhar mais aliados.

É imoral aceitar tais violações e ações de tortura como preservação de crenças e tradições. Se esse for o argumento, então por essa lógica de ideias ainda hoje existiria a escravatura, ainda hoje seria admitida a discriminação entre género, religião, raça, cor. Por ser imoral, foram criadas leis de proteção que visam condenar essas práticas seja a nível nacional, regional e internacional.

Ao verificarmos estas evidências, questionamos: Porque é tão difícil travar mais este costume? O que deve ser feito? Como podemos abolir a MGF, que, segundo a OMS, afeta mais de 130 milhões de crianças ao ano? Como educar as comunidades? Como educar as mulheres? E os homens? Como educar cada um de nós a olhar pelo próximo e ajudá-lo?

Se eu fosse jovem, mulher, sem estudos e nascida na Guiné-Bissau, muito provavelmente seria vítima deste costume. Seria assim mais um número para a maioria das pessoas e mais uma vítima para as estatísticas.

3. A Tradição na Guiné-Bissau: A Religião

Na Guiné-Bissau existem cerca de trinta tipos de etnias⁽⁴⁾, com diferentes dialetos e crenças religiosas.

Os grupos étnicos que praticam a excisão feminina são os crentes na religião animista e islâmica, não havendo dados que comprovem que os cristãos também o pratiquem (representam cerca de 5% da população da Guiné-Bissau e habitam a capital, Bissau).

Para um melhor enquadramento irei expor a definição de cada uma das religiões.

O Animismo foi criado por E.B. Tylor em 1871 como a crença baseada em seres espirituais. Acredita na existência de inúmeros espíritos que se preocupam com as relações humanas, podendo ajudá-las ou prejudicá-las.⁽⁵⁾ E.B. Tylor acredita que o animismo é a base do desenvolvimento de todas as religiões⁽⁶⁾, é visto como uma extensão

(4) BRANCO, Sofia, Cicatrizes de mulher, 1ª edição, Junho 2006, pag. 139.

(5) PARK, George Kerlin, Animism. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/25819/animism> acesso a 13 e Junho de 2013.

(6) Idem.

das qualidades humanas para os outros seres vivos. Acredita no bem-comum das espécies e no seu respeito.

Os animistas são inspirados pela natureza no seu todo, pela vivência e pela participação de todos os seres vivos. Defendem a harmonia de todos e isso acaba por ter pontos positivos para o planeta.

A cultura é extremamente importante, de tal forma que por ela podem fazer uma seleção de quem consideram humano ou não. As suas tradições devem ser respeitadas e honradas porque todas têm uma razão de ser, de existir. Está presente um grande espiritualismo, um respeito e um medo pelo que consideram sagrado.⁽⁷⁾

Esta religião e crença está muito presente no norte do país, onde podemos encontrar as comunidades dos Manjacos, Balantas, Biafadas, Papeis, etc.

O Islão surgiu há cerca de 1500 anos. Os seus crentes são muçulmanos e a sua língua o árabe. Ao contrário do animismo, o Islão tem um livro sagrado que é seguido religiosamente pelos seus crentes. Toda a vida privada e social é vivida com base nos ensinamentos do livro sagrado, o Alcorão. O Alcorão contém a palavra de Deus, que foi passada para Maomé, o profeta. Foi criado pela vontade divina e não pela vontade do homem.

A Shariah é a lei divina. Esta está presente nos países muçulmanos, ou seja, não existe uma secularização do Estado com a religião. Estão interligados, mas a lei divina sobrepõe-se à lei estadual quando as mesmas não estão em concordância.

Existe uma relação entre a MGF e o Islão dentro das comunidades muçulmanas que as praticam. O Tipo I e II são considerados "Sunna". A Sunna, no campo religioso, simboliza a segunda lei mais importante do Islão, como sendo a palavra, os ensinamentos do profeta. Da mesma forma que os rapazes são circuncidados, as raparigas também o são, daí que apenas o Tipo I e II sejam considerados e, na maioria, os praticados nas comunidades muçulmanas. A Sunna não é vista como uma mutilação. Para estas comunidades: "se fosse mutilação eu perderia algo importante, ficaria aleijada, limitada, e isso não acontece com a Sunna. É um corte simbólico". Esta ideia acaba por justificar a manutenção desta prática.

O Cristianismo acredita em Deus e no seu messias, Jesus Cristo. Tem como base o novo testamento onde é retratada a vida de Jesus Cristo e os seus ensinamentos.

Focando-nos nas duas primeiras religiões, podemos concluir que esta prática milenar terá começado pelos animistas, uma vez que deram origem aos mais diversos costumes e crenças em comunidade pelo respeito dos seres vivos e espíritos. Se concordarmos com a teoria de E.B.Tylor, podemos concluir que todas as etnias são animistas na sua origem e, com a evolução dos tempos, foram adaptando as suas práticas culturais às novas religiões.

No caso da Guiné-Bissau, a MGF já era praticada muito antes do islamismo e outras religiões pisarem aquelas terras. Não tem origem religiosa, mas foi inserida na religião como parte dela. O Islão pode

(7) Encyclopedia of religion and nature (London & New York : Continuum, 2005 edited by Bron Taylor 2005.

tentar encaixar a MGF no Alcorão, mas o que é certo é que não existe associação, existe um costume que querem preservar e procuram-se assim justificações para o manter.⁽⁸⁾

Assim, podemos concluir que se trata de uma questão puramente cultural. No entanto, a associação à religião continua a ser feita, o que nos leva à seguinte questão: Até que ponto a religião será relevante para a abolição desta prática?

4. A Tradição na Guiné-Bissau: Organização Social

A Guiné-Bissau torna-se independente em Setembro de 1976 na sequência de uma guerra de doze anos que acabou por dividir o país em regiões. Esta divisão foi feita de acordo com as tradições dos seus habitantes. Esta divisão fez com que se preservassem mais de 30 grupos étnicos no país e, por sua vez, cada um com o seu dialeto próprio, tendo em comum o Crioulo. Apesar da diversidade apresentada, as comunidades coabitam em harmonia e, isso deve-se ao facto de existir um princípio de igualdade muito vincado na República da Guiné-Bissau.⁽⁹⁾

A base política da comunidade é a Tabanca (Aldeia). Esta é autónoma, autossuficiente e está presente em grande parte do território nacional.

Tanto as mulheres como os homens são divididos na sociedade, por diferentes níveis etários, definindo o papel que cada um representa na comunidade.

Assim, as jovens, antes do ritual de iniciação (excisão), para além de mudarem as suas vestes e a sua apresentação para a comunidade, ganham respeito e o estatuto de mulher. No ritual são transmitidos ensinamentos sagrados para a vida social e privada pelas mulheres grandes (fanecas). Estas mulheres grandes, fanecas, são aquelas que realizam as cerimónias e não têm receio dos espíritos. São as únicas que tem a palavra durante todo o ritual.

Para os rituais foi criado um espírito próprio, no lugar sagrado onde se realiza o ritual que é o guardião das raparigas. O Ritual dura cerca de dois meses e termina com a excisão. Se, por alguma razão, existe alguma rapariga que morre durante o ritual, ninguém tem culpa. É a vontade do guardião ou então deve-se por existirem pessoas externas no lugar sagrado.⁽¹⁰⁾

No final, as raparigas fazem uma aparição pública para toda a comunidade com o corpo personificado, ou seja, o pescoço é pintado com pó talco como símbolo de purificação sendo mantido assim durante duas semanas.

(8) Black Women's Health & Family Support, The Origins and Explanations of FGM: Disponível em: <http://www.bwhafs.com/html/fgmintro.html> consultado em 8 de Abril de 2013.

(9) SCANTAMBURLO, Luigi, Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque, Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 1991, pag. 12-14.

(10) BRANCO, Sofia, Cicatrizes de mulher, 1ª edição, Junho 2006, pág. 130-131.

COMBATE O ÓDIO COM RESPEITO

M7

KIKI

#RESPECTBATTLES

JUNTA-TE AO MOVIMENTO RESPECT BATTLES DA APAV
E COMBATE O ÓDIO COM RESPEITO. CONTAMOS CONTIGO
NESTA BATALHA CONTRA O ÓDIO A PESSOAS LGBTIQ+ - LÉSBICAS,
GAYS, BISEXUAIS, TRANSGÉNERO, INTERSEXUAIS, QUEER.



CHAMADA GRATUITA
116 006
LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H

APAV
associação portuguesa de
apoio à vítima

PROJETO
ÓDIONONCAMAIS
FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O COMBATE AOS
CRIMES DE ÓDIO E DISCURSO DE ÓDIO



Parceiros



Parceiros Associados



5. A Tradição na Guiné-Bissau: A Cultura

“A cultura não se compõe somente de ingredientes bio físico químicos; não é transmitida nas relações sexuais; não se transmite num determinado momento; não é recebida apenas de duas pessoas que vão ser os pais de um indivíduo; e, em teoria, ela não tem que ser retida para toda a vida, podendo, pelo contrário, ser modificada ou abandonada de acordo com o desejo de um indivíduo. Por razões práticas, os seres humanos raras vezes se prestam a fazer voluntariamente modificações radicais nas culturas que aprenderam dos seus mentores, mas certamente não pode ser negado que, em teoria, é mais fácil modificar a língua ou a religião de uma pessoa do que a forma da sua cabeça ou a cor dos seus olhos.”⁽¹¹⁾

As culturas estão sujeitas a códigos morais e éticos que diferem de sociedade para sociedade. Existe ainda a ideia de que a cultura é passada de geração em geração e é fundamentada com o casamento e a procriação dentro de pessoas da mesma comunidade.⁽¹²⁾

O casamento representa o compromisso humano de procriar. Esta ligação e associação cultural que é feita entre o casamento e a procriação criam em diversos recantos do mundo diferentes conceções daquilo que é ou não permitido, daquilo que é ou não aceitável numa comunidade.

6. Qual a ligação entre MGF e o casamento?

Se a MGF é realizada em crianças e após o ritual estas são consideradas “mulheres”, temos aqui mais uma agravante associada que é o casamento infantil. Muitas acabam por casar com 7, 11 anos, uma idade que não lhes permite perceber o que se passa e que o casamento não é apenas uma festa, vestes bonitas e presentes. Muitas delas acabam por engravidar de forma prematura, o que acaba por dar origem a uma taxa de mortalidade infantil e materna elevada e com um sério problema de saúde pública. Tornam-se donas de casa e são privadas da educação.

Todo o processo é extremamente doloroso. Não existe liberdade de escolher o marido, está sujeita a ser entregue a qualquer homem, independentemente da sua idade e, a nível sexual, as relações são vividas com dores inimagináveis.

Existem casos de fuga ao casamento e ao país para não serem alvo destas atrocidades e, com esta situação, cresce o número de pedidos de asilo a nível internacional. “De acordo com a Nota de Orientação do Alto Comissariado das Nações Unidas para pedidos de refugiados relacionados com a MGF, esta constitui uma perseguição tanto ao género feminino como às crianças”. Estes pedidos de asilo estão protegidos pela Convenção de Genebra para os refugiados de 1951: “pertença a um grupo social específico e medo da perseguição”.

7. Instrumentos de proteção contra a MGF a nível Internacional regional e nacional

(11) TITIEV, Mischa, Introdução à Antropologia Cultural, 9ª edição, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa pág. 13.

(12) TITIEV, Mischa, Introdução à Antropologia Cultural, 9ª edição, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa, pág. 232.

“Even if the law exists and that multiple actions to improve prevention [against FGM] are conducted, disarray amongst professionals confronted with this problem remains enormous.”

- Fabienne Richard, midwife-referent, GAMS Belgium, and researcher at the Department of Public Health, Institute of Tropical Medicine in Antwerp

As vítimas de MGF já estão protegidas por vários documentos internacionais, regionais e nacionais, tais como:

- Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo Adicional relativos de 1967;
- Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1966 (PIDCP);
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966 (PIDESC);
- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1979 (CEDAW);
- Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1985;
- Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (CDC);
- Plano de Ação da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento de 1994;
- Declaração de Pequim e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres de 1995;
- Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001;
- Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), Comissão do Estatuto da Mulher. Resolução sobre o Fim da Mutilação Genital Feminina. Março 2007. E/ CN.6/2007/L.3/Rev.1;
- Convenção da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres de 2009.

Os instrumentos de direitos humanos de âmbito regional incluem:

- Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul) de 1981.
 - Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo) de 2003.
 - Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança de 1990.
- Nestes diferentes documentos existem alguns artigos que gostaria



Ricardo Rocha

de realçar:

A nível internacional:

- Artigo 5º da DUDH: "Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."

- Artigo 7º da DIUDH: "Ninguém será submetido à tortura de corpo e de mente, aviltado, ameaçado de qualquer dano contra si ou contra qualquer familiar ou ente querido, será forçado a confessar um crime ou forçado a consentir um ato que seja prejudicial aos seus interesses."

- "Artigo 24º nº3 da CDC: ". Os Estados Partes tomam todas as medidas eficazes e adequadas com vista a abolir as práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças."

- Artigo 5º a) da CEDAW: "Modificar os esquemas e modelos de comportamento sociocultural dos homens e das mulheres com vista a alcançar a eliminação dos preconceitos e das práticas costumeiras, ou de qualquer outro tipo, que se fundem na ideia de inferioridade ou de superioridade de um ou sexo sobre outro ou de um papel estereotipado dos homens e das mulheres."

- Plataforma de Ação de Pequim de 1995 (12 a): "A violência contra a mulher constitui um obstáculo para que se alcance os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz. A violência contra a mulher viola, prejudica ou anula vivência dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais. A incapacidade de proteger e promover esses direitos humanos e liberdades nos casos de violência contra a mulher é um problema que preocupa todos os Estados e exige solução..."

A nível regional:

- Artigo 18º nº3 da CADHP: "O Estado tem o dever de velar pela eliminação de qualquer discriminação contra a mulher e de assegurar a proteção dos direitos da mulher e da criança tal como estão estipulados nas declarações e convenções internacionais."

A nível nacional:

- Artigo 29º nº2 da CRGB: "Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem."

- Artigo 37º nº1 da CRGB: "A Integridade moral e física dos cidadãos é intocável."

- Artigo 37º nº2 da CRGB: "Ninguém pode ser submetido a tortura, nem tratos ou penas cruéis, desumanos e degradantes."

- Artigo 38º nº1 do CPGB: "Ninguém pode ser submetido a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."

- Artigo 103 nº 3 do CPGB: "Considera-se tortura, tratamento cruel, degradante ou desumano, o ato que consista em infringir sofrimento físico ou psicológico agudo, cansaço físico ou psicológico grave ou no emprego de produtos químicos, drogas ou outros meios, naturais ou artificiais, com intenção de perturbar a capacidade de determinação ou a livre manifestação de vontade da vítima."

- A lei de proibição da MGF na Guiné-Bissau que aprovada a 6 de Junho de 2011. Já depois da sua aprovação, a 29 de Fevereiro de 2012 na 56ª sessão do Conselho Económico e Social das NU foi discutido o reforço da legislação contra a MGF para o desenvolvimento social e apoio psicológico para proteger as vítimas. Com o reforço das leis de proibição houve um decréscimo na idade das vítimas de MGF. É relevante a importância de alianças entre os líderes religiosos, jornalistas e ONG's de forma a criar um *advocate* para o abandono total da prática. Pela Guiné-Bissau, foram adotados programas educacionais, formação para professores adequada sobre a MGF,

VIH/SIDA e direitos humanos. Desta forma, os professores estão preparados para transmitir aos seus alunos ideias concretas e fundamentadas para que eles reflitam sobre o problema e não fiquem indiferentes. Esta formação foi cedida pelo programa da UNICEF-UNFPA.

Foi ainda assinada a Declaração de Bissau no final de dois dias da Conferência Nacional Islâmica na Guiné Bissau em Outubro 2012. O objetivo foi juntar Imãs (líderes religiosos muçulmanos) para o abandono da MGF e o distanciamento entre este costume e a religião.

8. O Projecto DJINOPI

O Djinopi é um projeto que envolve cinco ONG's locais. O objetivo é mobilizar e sensibilizar os grupos alvo, ou seja, as meninas em risco de sofrerem MGF, os pais, as fanatecas, os profissionais de saúde, as forças policiais, os imãs (líderes religiosos), os media, funcionários e ministérios públicos. A abordagem passa sempre por questões sanitárias e de saúde, não abordando tanto as questões dos direitos humanos. Estas são discutidas, mas de forma subentendida no discurso. O objetivo não é criminalizar, mas sim prevenir. Um ponto que a DJINOPI pretende desenvolver é a formação das forças policiais sobre esta temática. Os agentes de autoridade devem saber como intervir, saber o que vão encontrar, saber como devem atuar e saber lidar com o problema em caso de pré ou pós dano. Têm de saber sobre o que a MGF implica e conhecer bem a lei para a poderem aplicar.

Segundo Paula da Costa, este é um trabalho e uma dedicação que deve ser diária para surtir efeitos. Deve ser um trabalho contínuo para que as formações tenham resultados positivos e que as pessoas se consciencializem sobre o que realmente estão a abandonar e o que estão a dar de positivo às gerações futuras.

9. Conclusão

A Guiné-Bissau devia apostar em meios judiciais mais próximos das comunidades.

A instabilidade política presente no país também faz com que o controlo não seja tão efetivo e isso irá continuar se a estabilidade não for alcançada. Outra medida importante para a prevenção é a atuação na área de prestação de ajuda médica às vítimas e a formação dos profissionais de saúde especializada.

Com a lei de proibição, atualmente as vítimas de mutilação já não rondam as idades de 7 a 11 anos, mas principalmente recém-nascidas e isto porquê? Se a cirurgia for realizada o mais cedo possível, será menos provável vir a ser descoberta e isto é um problema sério e um grande risco para a saúde pública. Os profissionais de saúde devem estar atentos a estes casos e não os descartar; devem colaborar com as autoridades locais para que estas façam cumprir a lei.

No fundo deve ser feito um trabalho de cooperação, partilha de informação e interajuda entre a sociedade civil, autoridades, governo e profissionais de saúde. A educação é o segredo para o sucesso.

A Guiné-Bissau tem uma taxa de analfabetismo muito elevada entre as mulheres, superior a 70%. Este acaba por ser um entrave à compreensão deste grupo e à sua participação no meio social. Tem de ser dada voz às mulheres e educação para que consigam defender os seus direitos. A ignorância facilita e perpetua as práticas nefastas, as crenças pouco fundamentadas e sem justificação. Esta educação também deve ser feita com a colaboração dos homens para que percebam as implicações da MGF.

Penso que é um trabalho diário que não pode ser abandonado, que deve ser contínuo para que a população se sinta forte e preparada para acabar com este costume.

Se a Guiné-Bissau conseguir conquistar a estabilidade política irá garantir estabilidade judicial e das autoridades locais; se os mecanismos de proteção judiciais e não-judiciais conseguirem estar mais próximos das populações rurais, onde existe maior incidência de meninas em risco, irá permitir uma ação preventiva e a criminalização efetiva daqueles que não cumpram com a lei; se os profissionais de saúde estiverem cientes dos riscos e de como alertar para as suas consequências, a médio e longo prazo, terão uma intervenção preventiva e especializada quando se depararem com casos de MGF; se os media tiverem um papel mais interventivo, poderão transmitir informação crucial sobre a MGF junto da comunicação social – têm a possibilidade de alcançar a população em geral, tornando este um assunto discutido em praça pública; se os professores criarem um *curricula* de matérias onde incluam a MGF, poderá ser uma forma de alertar as crianças e informá-las sobre o que realmente é a MGF – é importante que a informação também seja transmitida aos rapazes para que estes, mais tarde, possam intervir para travarem a prática junto das suas irmãs, mulheres e/ou filhas; se os líderes religiosos alertarem os fiéis para a problemática da MGF e para que esta prática nefasta nada tem a ver com a religião e os fundamentos da mesma, poderão ajudar a desmistificar a ideia de que a MGF parte de um pressuposto religioso.

Em relação à tradição, e porque esta é uma herança cultural, pode ser mudada e adaptada para os tempos modernos ou pode pura e simplesmente ser abandonada. Como já sabemos, todos os dias novos costumes são adaptados, tradições são abandonadas e tudo é ajustado para uma sociedade moderna que se pretende.

9. Referências

Bibliografia:

- BRANCO, Sofia, (2006) *Cicatrices de mulher*.
- GUERREIRO, Manuel Viegas, (1986). *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*, Biblioteca revê, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação e Cultura.
- SCANTAMBURLO, Luigi, (1991) *Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau.
- TAYLOR, Bron, (2005) *Encyclopedia of Religion and Nature*, London & New York: Continuum.
- TITIEV, Mischa, *Introdução à Antropologia Cultural*, 9ª edição, Serviço de educação e bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Documentários:

LONGINOTTO, Kim (2002) *The Day I Will Never Forget*, Kenya.

Materiais de Internet:

Projeto Djinopi disponível em «http://www.didinho.org/O_que_o_Djinopi_Didinhodocx.pdf» consultado em 27 de Março de 2013.

United Nations bans female genital mutilation, 20 de Dezembro de 2012, UN disponível em «<http://www.unwomen.org/2012/12/united-nations-bans-female-genital-mutilation/>» consultado em 8 de Abril de 2013.

Female Genital Mutilation. Religious, Cultural and Legal Myths, The Islamic Cultural Centre disponível em «http://www.iccservices.org.uk/news_and_events/updates/female_genital_mutilation.htm» consultado em 14 de Maio de 2013.

Female genital mutilation and other harmful practices – World Health Organization, disponível em «http://www.who.int/reproductivehealth/topics/fgm/fgm_trends/en/index.html» consultado em 22 de Maio de 2013.

Amnesty International Annual Report 2012 – Guinea-Bissau disponível em «<http://www.refworld.org/country,,,GNB,,4fbc393773,0.html>» consultado em 4 de Junho de 2013.

Documentos Oficiais:

GUINÉ-BISSAU (1996) – *Constituição da República da Guiné-Bissau*.

GUINÉ-BISSAU – Lei nº /2011 da República da Guiné-Bissau – Assembleia Nacional Popular.

United Nations, Economic and Social Council, E/CN.6/2012/8, 5 December 2011 disponível em «http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2012/8» consultado em 30 de Março de 2013 *Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: Para quando a sua erradicação? Junho, 2013.*

United Nations, Security Council S/2010/106, 26 February 2010 disponível em «http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/106» consultado em 30 de Março de 2013.

United Nations, Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, CEDAW/c/SR.904, 31 August 2009, disponível em «<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/SR/CEDAW-C-SR-904.pdf>» consultado a 30 de Março de 2013.

United Nations, General Assembly, A/58/169, 18 July 2003 disponível em «<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/434/40/PDF/N0343440.pdf?OpenElement>» consultado em 30 de Março de 2013.

Eliminação da Mutilação Genital Feminina, Declaração Conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS, 2009, publicação pela Associação para o Planeamento da Família, disponível em «<http://www.who.int/eportuguese/publications/mutilacao.pdf>» consultado em 4 de Abril de 2013.

Fim à Mutilação Genital Feminina: Uma Estratégia para as Instituições da União Europeia, 2008 disponível em «http://www.endfgm.eu/content/assets/ENDFGM_summary_PORTUGUESE.pdf» consultado em 15 de Abril de 2013.

UNHCR, The UN Refugee Agency, Too Much Pain - Female Genital Mutilation & Asylum in the European Union, a Statistical Overview disponível em «<http://www.unhcr.org/512c8da99.html>» consultado em 20 de Maio de 2013.

Annual Report 2011: UNFPA-UNICEF joint programme on female genital mutilation/cutting, accelerating change, disponível em «http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/Annual_report_on_FGM-C_2011_low_res.pdf» consultado a 6 de Junho de 2013.

General Assembly, GA/SHC/4061, 26 November 2012 disponível em «<http://www.un.org/News/Press/docs/2012/gashc4061.doc.htm>» consultado em 6 de Junho de 2013.

United Nations, General Assembly, GA/SHC/4061 26 November 2012, disponível em «<http://www.un.org/News/Press/docs/2012/gashc4061.doc.htm>» consultado em 13 de Junho de 2013.

ESTA CAMISOLA PODE SERVIR A QUALQUER PESSOA.

Qualquer pessoa pode ser vítima de crime ou de violência.
Se for vítima de crime, contacte a APAV.
Ligue 116 006.



VÍTIMA

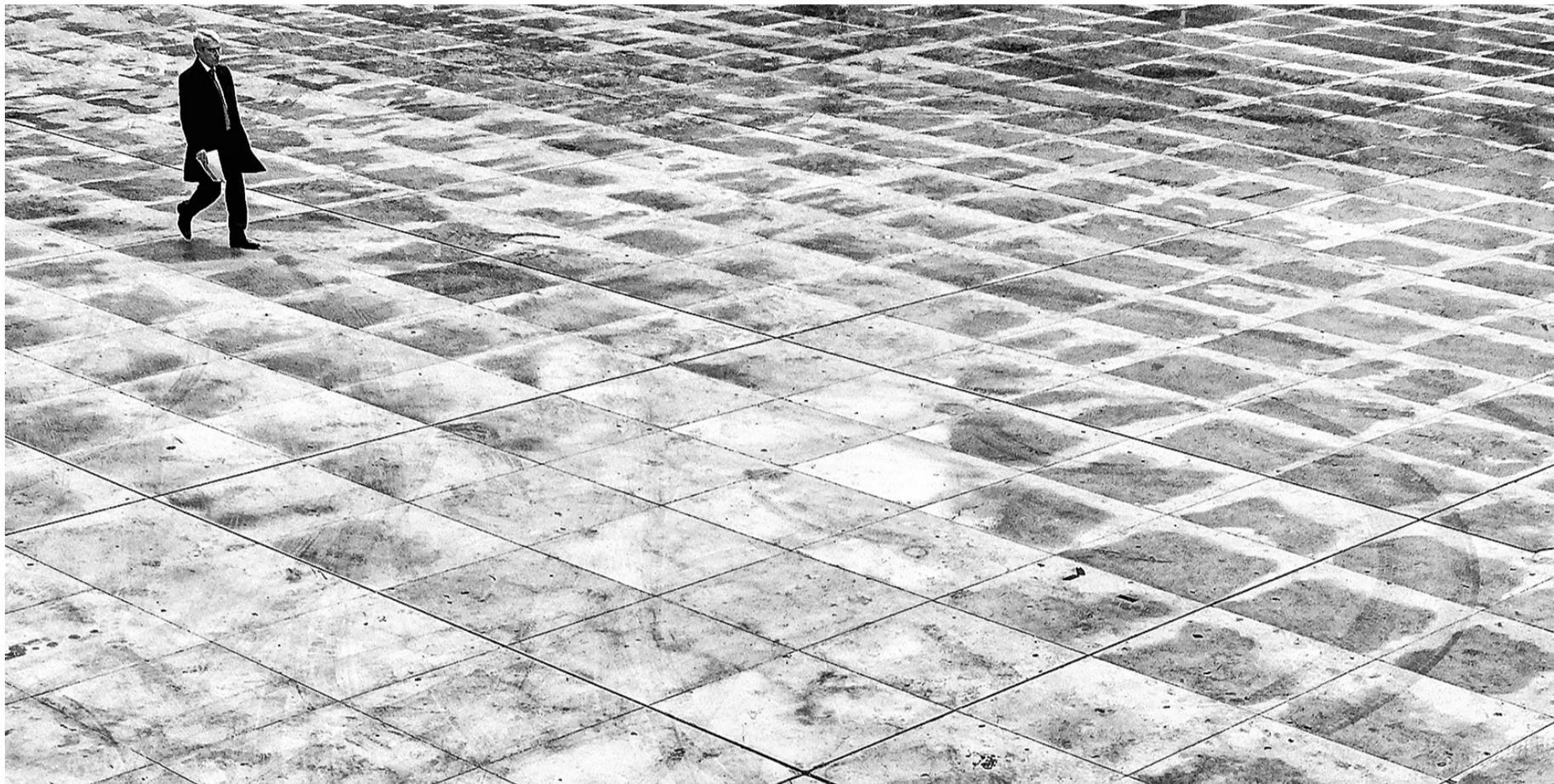
www.apav.pt

CHAMADA GRATUITA
116 006
LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H

APAV
Associação para a Paz e a Justiça
Apóio à Vítima

Permanecer, abandonar ou retomar à relação abusiva: Percepção de mulheres vítimas de violência conjugal

Mariana Pinto



Ricardo Rocha

Palavras-chave

Violência conjugal, motivos, permanência, abandono, retorno.

Introdução

O conceito de violência conjugal, enquadrando-se na temática da violência doméstica – sendo, no entanto, um conceito mais restritivo por se focar especificamente nas relações de intimidade com coabitação -, tem vindo, progressivamente, a adquirir visibilidade, tornando-se inquestionável a preocupação da opinião pública e política face a este problema. Outrora considerado como restrito à esfera da vida privada do casal, é hoje reconhecido, a nível mundial, como um grave problema de saúde pública (Matos, 2002). O presente estudo, pretende compreender os motivos que, de acordo com a perspectiva de mulheres vítimas de violência conjugal, as influenciam a permanecer numa relação abusiva, a abandoná-la ou, por outro lado, a retomar à mesma. Procurando colmatar as limitações encontradas na literatura e de modo a promover a inovação e aumentar o conhecimento sobre a temática, este estudo procura uma análise cruzada desses três elementos através de um método de recolha de dados qualitativo – a entrevista. Assim, foram definidos três grupos de análise relativos à situação da relação íntima e entrevistadas 21 mulheres vítimas de violência conjugal.

Motivos para a permanência

Os resultados da análise das entrevistas realizadas, indicam que os principais motivos para a permanência na relação abusiva são a dependência emocional, as questões relacionadas com a habitação, as questões económicas (bem como o desemprego) e a acomodação ao estilo de vida.

A ligação emocional com o parceiro íntimo, desenvolve-se nos primeiros momentos da relação (Dutton & Painter, 1993). Os sentimentos positivos pelo parceiro sobrepõem-se, fazendo com que a mulher procure manter a relação, mesmo que violenta. Relativamente às questões emocionais, poderá fazer-se uma ligação com a Teoria *Psychological Entrapment* uma vez que a mulher pretende manter o compromisso com a relação, procurando validar o investimento inicial de tempo de energia.

No entanto, a maioria dos estudos realça a questão da dependência económica como sendo uma das principais razões pela qual as mulheres vítimas de violência conjugal não abandonam a relação abusiva (e.g., Meyer, 2012; Kim & Gray, 2008). A permanência na relação como forma de proteção dos filhos surge, muitas vezes, associada a questões, por exemplo, financeiras ou de habitação. Ou seja, por serem dependentes do agressor financeiramente, permanecem na relação para garantir a estabilidade económica para os filhos.

O motivo designado como acomodação, refere-se a uma habituação da mulher ao estilo de vida. A Teoria *Learned Helplessness* refere-se a esta acomodação como um desânimo aprendido onde, com a continuidade da violência, existirá uma sensação de impotência, o que poderá levar também a uma sintomatologia depressiva. Traduzindo para português, esta teoria, frequentemente, encontra-se na literatura designada como “Desânimo Aprendido”. Esta sugere que, com a continuidade do ciclo de violência, a vítima “perde cada vez mais a sensação de controlo e poder sobre si própria e sobre a sua vida, perde o sentimento de autoconfiança e de competência pessoal e desenvolve sentimentos de impotência e de desânimo aprendido” (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009, p.30).

A esperança de mudança do comportamento do agressor, medo, situação de doença, pressão de terceiros, ausência de apoio formal, falta de conhecimentos sobre os seus direitos e a existência de filhos, são também encontrados como motivos que influenciam a permanência da vítima na relação abusiva.

Através destes dados, é possível perceber que as mulheres têm uma noção do que as faz permanecer no relacionamento. No entanto, esta não é uma questão simples pois envolve mais do que uma resposta, sendo os motivos dinâmicos, podendo alterar consoante o desenvolvimento da relação. Na maioria, estes motivos, poderão ser entendidos como obstáculos ao término que, de algum modo, são passíveis de mudança e permitirão assim que a mulher abandone a relação caso exista auxílio e interesse em que isso aconteça.

Motivos para o abandono

Nos motivos para o abandono da relação abusiva, poderemos destacar a infidelidade do parceiro, as acusações de infidelidade relativamente à mulher e ainda a existência de filhos.

De salientar que a existência de filhos surge tanto como motivo para a permanência como para o abandono. No entanto, o que estará por detrás destas opções é a mesma base racional: a proteção dos filhos. Barnett (2001), numa revisão de literatura, faz referência a esta questão mencionando que as mulheres consideram a saída da relação difícil uma vez que procuram que os filhos tenham os dois pais presentes, mas também porque têm medo que, as reportarem a situação à polícia, isto possa despoletar uma investigação dos serviços de proteção de menores. Também os filhos do casal, muitas das vezes, se encontram como que num paradoxo, confusos entre quererem que a violência termine, mas querendo igualmente que a família permaneça unida (Buel, 1999).

Contudo, o motivo que mais se destaca no presente estudo para o abandono da relação abusiva, é a questão da infidelidade do parceiro. O facto de o parceiro ter casos extraconjugais tem uma grande influência na decisão da mulher. No entanto, importante será mencionar que, em muitas das situações, não é a existência de um caso extraconjugal por si só que despoleta a saída, mas sim a percepção da mulher do envolvimento emocional do seu parceiro numa outra relação. Também a desconfiança e insinuações de que a mulher não lhe é fiel, abalam-na psicologicamente, influenciando a sua saída. Isto poderá dever-se ao facto de apresentarem também diferentes expectativas para a relação. Ou seja, as participantes

mencionam sentir-se comprometidas com o parceiro, apesar da existência de violência. Quando as suas intenções e ações são postas em causa, a mulher sente-se desrespeitada e isto poderá levar à rutura do casal.

Outros motivos identificados para o abandono da relação são: as expectativas diferentes relativamente ao conceito de família, a escalada da violência, a violência perante terceiros, a autonomia financeira, a violência sexual, o receio relativamente ao contágio de Infeções Sexualmente Transmissíveis e, por fim, os comportamentos aditivos por parte do agressor.

Motivos para o retorno

Como motivos percecionados como influenciadores do retorno à relação, as participantes mencionaram: o medo, a dependência emocional, os pedidos de desculpas e as segundas oportunidades e, por fim, a solidão. Estes resultados vão de encontro aos de outros estudos, como por exemplo, o de Kim e Gray (2008) e o de Strube e Barbour (1983). Igualmente, o estudo de Griffing e colaboradores (2002), menciona razões semelhantes: o expressar de remorsos por parte do agressor, os sentimentos pelo parceiro, bem como as necessidades económicas. Apesar das várias referências aos tipos de violência exercidos, as participantes acabam por verbalizar os sentimentos de amor pelo (ex)parceiro. Tais sentimentos terão influenciado, numa fase inicial da relação, a sua permanência na mesma uma vez que a dependência emocional foi também encontrada como motivo para a permanência.

Experiência diretas e indiretas de violência doméstica

Relativamente às experiências diretas e indiretas de violência no seio da família de origem, percebe-se que mulheres que permanecem na relação abusiva, bem como as que afirmam ter terminado e retomado à relação em pelo menos uma ocasião, têm maior probabilidade de ter uma relação negativa com os pais/cuidadores e de ter presenciado violência interparental durante a infância. Este resultado vai de encontro com estudos que indicam que mulheres que presenciam violência familiar durante a infância, têm maior probabilidade de, em idade adulta, serem vítimas de violência conjugal (e.g. Gelles, 1976; Schutte, Malouff, & Doyle, 1988). Curiosamente, quase metade da amostra afirma ter conhecido o agressor durante a infância ou adolescência. Mulheres que terminaram a relação abusiva (apresentando ou não historial de separações e reconciliações), indicaram ter uma noção clara de que iniciaram a relação num período de maior fragilidade e vulnerabilidade emocional.

Explicações para a violência

As vítimas de violência conjugal que permanecem na relação abusiva, procuram explicar o uso da violência por parte do parceiro baseando-se na personalidade deste, nas patologias que este terá, nos ciúmes, bem como nos comportamentos aditivos relacionados com o álcool, drogas ou jogo. As mulheres que terminaram a relação, por sua vez, adicionam à lista, a questão do desemprego (ou reforma) do parceiro

como possível explicação. De notar que, as mulheres com historial de separações e reconciliações, introduzem as questões financeiras, sendo o único grupo a mencionar tal explicação. Deste modo, verifica-se que as vítimas procuram explicações multifatoriais para o uso de violência por parte do parceiro. Estas possíveis explicações são, na sua maioria, centradas no agressor e não são passíveis de mudança (como por exemplo, as questões de personalidade). Do ponto de vista teórico, sublinha-se a necessidade de se procurar reconhecer que, para além de fatores relacionados diretamente com o agressor, existirão outras explicações que poderão passar pelos estereótipos existentes na sociedade, assim como a “distribuição de poder dentro da família” (Machado & Matos, 2001, cit in., Matos, 2002, p.97). Contudo, nenhuma das mulheres mencionou esta tipologia de fatores.

Características da relação abusiva

O tipo de violência mais frequente são os maus tratos psíquicos, seguidos da violência física, de ameaças e injúrias/difamação. No entanto, uma elevada percentagem das vítimas, afirma ter sido também alvo de violência sexual e isolamento social. Todos estes tipos de violência exercidos pelos parceiros das vítimas, demonstram a necessidade do agressor em manter o controlo sobre a mulher e sobre a relação. Deste modo, o agressor utiliza também algumas estratégias como forma de manutenção da relação abusiva, como por exemplo, pedir desculpa, prometer mudar o comportamento, mostrar preocupação ou arrependimento ou chorar. Um resultado importante, prende-se com o facto de as mulheres que permanecem na relação abusiva, indicarem em menor número terem sido alvo de violência física. Uma vez que a escalada da violência, o primeiro episódio de violência física ou um episódio mais intenso são relacionados como motivos de abandono da relação, é possível que as mulheres que permanecem nos relacionamentos abusivos, os abandonem se a violência se tornar física.

As vítimas têm consciência que a violência conjugal se tratará de um ciclo, onde existem períodos de maior tensão entre o casal e episódios de violência seguidos de um período mais calmo no qual o parceiro lhe oferece presentes e demonstra remorsos pelo seu comportamento. Por sua vez, as mulheres desenvolvem também estratégias para lidar com a violência. Estas procuram evitar a violência, nomeadamente os maus tratos físicos, mentindo ao parceiro, ameaçando chamar as autoridades, evitando certos comportamentos e escondendo objetos, fugindo, concordando com este ou confrontando-o. Precisamente como Walker (2009) indica, o estado de desânimo aprendido, é passível de ser revertido e a mulher passa a marcar a sua posição face ao comportamento do parceiro, procurando confrontá-lo.

Tanto as mulheres que permanecem na relação abusiva como as mulheres que a abandonaram, têm presente, nos seus discursos, crenças relativas ao papel da mulher numa relação, bem como sobre o compromisso que entendem ser o casamento. Estas também surgem como um possível obstáculo ao término da relação, apesar de, muitas vezes, serem crenças transmitidas pelas mães ou sogras que terão sido igualmente vítimas de violência conjugal.

Tomada de decisão para a denúncia

A denúncia a órgãos de polícia criminal sobre a situação de vitimação, por parte das mulheres que permanecem na relação, deve-se à escalada de violência, o que é entendido como motivo para o abandono da relação. Este resultado sugere que, possivelmente, a continuação do aumento da frequência e intensidade da violência, principalmente a física, poderá conduzir ao término da relação. Mulheres que terminaram a relação, com historial de separações e reconciliações, referem a necessidade de quebrar o medo que sentiam dos parceiros, denunciando formalmente a situação. Também a existência de filhos foi apontada como *trigger* para a denúncia. No entanto, o contacto com o sistema de justiça e órgãos de polícia criminal, foi percebido pelas vítimas como uma experiência negativa. Assim, e apesar dos importantes esforços realizados nos últimos anos – como por exemplo, com a criação de equipas policiais especializadas no atendimento a vítimas de crime -, a formação e atualização constante dos profissionais, parece que ainda há muito a fazer para que o sistema formal de apoio se possa constituir, ou possa ser percecionado, de forma inequívoca, como um aliado da vítima. As participantes entendem que os agentes da polícia mostram desconhecimento da lei e dos procedimentos corretos em casos de violência conjugal. No entanto, o apoio formal prestado especificamente nos serviços de apoio à vítima da APAV, auxiliou numa consciencialização da situação por parte da vítima, fazendo com que mantivesse a sua decisão de se manter afastada do ex-parceiro abusivo. Assim, torna-se claro que é importante alargar a informação e sensibilização do público em geral, para que o apoio e intervenção junto da vítima possa ser mais eficaz e que para também os terceiros, que podem ser familiares, amigos, vizinhos ou outros, possam desempenhar um papel de maior relevo.

Ponderar retomar à relação abusiva

Relativamente ao objetivo específico de compreender como é que as mulheres que abandonaram a relação abusiva percecionam a probabilidade de a retomar, verifica-se que, em grande medida, não consideram reconciliar-se com o parceiro abusivo. No entanto, quase metade das mulheres que afirmam não pretender reatar a relação, apresentam historial de separações e reconciliações. Assim, somente com um estudo longitudinal, ou seja, com um segundo momento de recolha de dados, seria possível compreender se estas mulheres realmente regressaram à relação ou não. No entanto, a perceção das vítimas é de que não existirá probabilidade de retomarem.

Conclusão

Esta investigação tem a vantagem de ter dado a voz às vítimas ao recolher o seu testemunho e perceção. A informação sistematizada neste estudo pode, seguramente, desempenhar uma função importante na formação dos profissionais que trabalham com estas mulheres, na medida em que um conhecimento estruturado acerca das razões que conduzem a permanecer, abandonar ou retomar a uma relação abusiva, pode assumir um papel central na proteção destas mulheres, seja através da definição de estratégias que ajudam a permanecer na relação, dotando-as de competências de proteção,

seja pela adoção de ações que facilitem o abandono seguro e permanente da relação abusiva. Conhecer as causas que influenciam a sua saída é um dado central para delinear estratégias práticas que auxiliem os técnicos de apoio à vítima ou outros profissionais que, no seu contexto de trabalho, contactam com estas mulheres, a atuar, no sentido de, quando possível, potenciar estes fatores, face a uma mudança livre de violência.

Futuramente, sugere-se que se procure aprofundar o conhecimento sobre esta temática, particularmente em Portugal, realizando estudos empíricos, com recurso a uma triangulação de métodos, com uma amostra significativamente maior e em que o investigador seja completamente externo relativamente ao local onde os dados são recolhidos.

Bibliografia

Barnett, O. W. (2001). Why battered women do not leave, part 2: External inhibiting factors—social support and internal inhibiting factors. *Trauma, Violence, & Abuse*, 2(1), 3-35.

Buel, S. M. (1999). Fifty obstacles to leaving, aka, why abuse victims stay. *Colo. Law.*, 28, 19.

Dutton, D. G., & Painter, S. (1993). Emotional attachments in abusive relationships: A test of traumatic bonding theory. *Violence and victims*, 8(2), 105.

Gelles, R. J. (1976). Abused wives: Why do they stay. *Journal of Marriage and the Family*.

Griffing, S., Ragin, D. F., Sage, R. E., Madry, L., Bingham, L. E., & Primm, B. J. (2002). Domestic violence survivors' self-identified reasons for returning to abusive relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(3), 306-319.

Kim, J., & Gray, K. A. (2008). Leave or stay? Battered women's decision after intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(10), 1465-1482.

Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Matos, M. (2002). Violência conjugal. C. Machado, & RA Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*, 1, 81-130.

Meyer, S. (2012). Why women stay: A theoretical examination of rational choice and moral reasoning in the context of intimate partner violence. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 45(2), 179-193.

Shutte, N. S., Malouff, J. M., & Doyle, J. S. (1988). The Relationship Between Characteristics of the Victim, Persuasive Techniques of the Batterer, and Returning to a Battering Relationship. *The Journal of Social Psychology*, 128(5), 605-610.

Walker, L. E. (2009). *The battered woman syndrome*. Springer publishing company.





ESTÁ A SER OBRIGADA(O) PELA SUA FAMÍLIA A FAZER ALGO QUE NÃO QUER, EM NOME DA TRADIÇÃO? REAJA.
CONTACTE A APAV. VIVER SEM LIBERDADE DE ESCOLHA, NUM CLIMA DE MEDO, É VIVER NUMA PRISÃO.

ARE YOU BEING FORCED BY YOUR FAMILY TO DO SOMETHING YOU DO NOT WANT IN THE NAME OF TRADITION?
REACT. CONTACT APAV. LIVING WITHOUT FREEDOM OF CHOICE IN A CLIMATE OF FEAR, IS LIVING IN A PRISON.

مجبر /أو على أن أسرتك تفعل شيء لا تريده ؟ رد فعل . اتصل ب أبف
إن العيش بدون حرية الاختيار ، في جو من الخوف ، هو العيش في سجن

APAV[®]
associação portuguesa de
Apoio à Vítima

Unidade de Apoio à Vítima
Migrante e de Discriminação

PORTO

LISBOA

PORTIMÃO

apoio

UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA

REPÚBLICA PORTUGUESA

COMISSÃO EUROPEIA

ACH

CHAMADA GRATUITA

116 006

LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H

As motivações do voluntariado na APAV:

Altruísmo versus Ajuda

Elsa Beja



Ricardo Rocha

Introdução

O trabalho que em seguida se apresenta tem como principal objectivo perceber quais são as principais motivações e expectativas do trabalho de voluntariado no geral e, em particular, na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Pretende-se testar se as motivações e expectativas se prendem mais com questões de Ajuda ao próximo (obter reforços positivos) ou com questões Altruístas. A literatura indica-nos que o voluntariado está intimamente relacionado com o Altruísmo, mas sempre associado ao interesse próprio.

Segundo Leyens e Yzerbyt (2011), Altruísmo e Ajuda definem-se como (...) *um comportamento voluntário que consiste em "fazer bem" aos outros, mas diferem ao nível do objectivo final que é prosseguido*. O Altruísmo ou impulso altruísta não depende de reforço e o "bem" dos outros é procurado por si mesmo. Já a Ajuda é uma "boa acção" feita com o propósito de obter reforços positivos, por exemplo através da sensação de dever cumprido, existência de estímulos prévios para ajudar, para aliviar a própria tristeza, etc.

O que se pretende comprovar com este breve trabalho de análise de conteúdo - análise essa que não é mais do que um "(...) conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdos das mensagens" (Bardin, 2009 [1977]) - é que o verdadeiro Altruísmo não se verifica *per si*, que "colada" a esta noção de Altruísmo vem sempre, ou quase

sempre a noção de Ajuda, ou seja, a espera de algo em troca, nem que seja a sensação do indivíduo se sentir bem consigo próprio. Procura-se, desta forma, utilizar este estudo para dar resposta à função de "administração de prova", face aos objectivos inicialmente propostos (hipótese que serve de directriz) e que deverá ser confirmada, após a análise efectuada.

Para a persecução deste trabalho, foi utilizada a técnica de *focus group*, aplicada na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, com o intuito de dar resposta ao Plano de Voluntariado (APAV, 2013-2017).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é uma instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva de utilidade pública, que tem como objetivo estatutário promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infracções penais. É, em suma, uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. O facto de se reconhecer como organização de voluntariado social com presença nacional, faz com que o exercício, deste mesmo Voluntariado social, seja uma força motriz da sua ação junto de pessoas vítimas de violência. Neste sentido, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) consagra no seu Plano de Voluntariado (APAV 2013- 2017), *um conjunto de ações e atividades coordenadas com objetivos que dão continuidade ao desenvolvimento do Voluntariado da Associação. Entre objetivos proximais e distais, são propostas ações e atividades que procuram,*

genericamente, assegurar uma captação mais eficiente e diversificada de Voluntários/as; a fidelização dos mesmos por períodos mais longos de tempo; uma gestão mais eficiente desta importante fonte de recursos humanos por parte dos Serviços Centrais de Sede; um aumento da satisfação e qualidade na prestação da tarefa Voluntária; um envolvimento crescente em projetos de investigação ou que promovam o Voluntariado nacional. (In Plano de Acção para o voluntariado APAV 2016-2017).

De acordo com Bussell e Forbes (2002), a chave para o sucesso de uma organização no recrutamento e manutenção dos seus voluntários é entender as motivações do seu grupo de voluntários. Neste sentido, um dos pontos elencados no plano de voluntariado da APAV diz respeito ao levantamento de necessidades junto dos principais atores do Voluntariado APAV, onde se pretende perceber se as principais motivações dos voluntários/estagiários se prendem com questões altruístas ou de ajuda. Para estes autores, está demonstrado que os indivíduos se tornam voluntários por outras razões para além das puramente altruístas. Apesar do Altruísmo ser considerado o principal motivo, a recompensa está intrinsecamente relacionada com o acto do voluntariado.

De acordo com a Lei de bases do Voluntariado - lei nº71/98 de 3 de Novembro, o Voluntariado é o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas (...). É considerado, em primeira instância, um acto de solidariedade e altruísmo, mas também contribui para o bem-estar de quem o pratica.

Vários estudos internacionais revelam alguns dados interessantes que permitem perceber quais as principais áreas motivacionais do voluntariado. Um estudo nacional a estudantes universitários em Inglaterra, descobriu que os respondentes apresentavam tanto razões Altruístas como Instrumentais para a prática do Voluntariado, sendo as mais importantes: ajudar alguém na comunidade, aprender novas competências e ganhar experiência que os pudesse beneficiar numa futura carreira. Segundo o estudo sobre motivações e benefícios dos estudantes voluntários (Smith, Holmes, Haski-Levenhal, Cnaan, Handy e Brudney, 2010), existem 3 áreas específicas de motivação/benefícios: As motivações profissionais, as motivações altruístas e as motivações sociais. Para os 3 grupos em análise (voluntários regulares, ocasionais e não voluntários) as motivações altruístas foram as mais assinaladas, no entanto é importante referir que a definição de altruísmo incluía, entre outras coisas, "faz-nos sentir melhor" e "para aprender sobre a causa"; ou seja a dádiva altruísta associada ao interesse próprio.

Outros estudos demonstram especificamente que o Altruísmo é algo intrínseco ao acto do voluntariado e que é o motivo mais importante, contudo, outros autores demonstram que para além do Altruísmo, os voluntários também agem com base em motivações egoístas, ou seja, os indivíduos voluntariam-se para satisfazer objectivos sociais e psicológicos (Bussell, Forbes, 2002).

Resumindo, quando se fala em altruísmo como motivação para fazer voluntariado, a reciprocidade está sempre implícita, nem que seja

pelo simples bem-estar de quem o pratica.

1. A escolha de focus group para a análise da informação

Para a persecução deste objectivo, foram elaboradas 5 entrevistas de *focus group* a voluntários, em diversas zonas do país, com o intuito de recolher informação, entre outros aspectos, sobre as motivações e expectativas da realização do voluntariado. As perguntas em análise neste trabalho, prendem-se somente com uma parte da informação recolhida, referente ao ponto 1 das entrevistas:

1. Motivações, expectativas gerais e divulgação do Voluntariado APAV

1.1. Motivações e expectativas

- a) Todos vocês são Voluntários/as APAV, uns há mais tempo que outros, e até com tarefas diferentes entre si. O que gostaria de saber era: o que vos realmente motivou pra realizar Voluntariado, no geral? (Já realizaram outro tipo de Voluntariado que não na APAV?)
- b) E o que vos motivou a realizar Voluntariado especificamente na APAV?
- c) O que esperavam que o Voluntariado APAV vos pudesse dar (a nível pessoal e/ou profissional)?
- d) As expectativas que tinham no momento da candidatura à realização de trabalho Voluntário na APAV coincidiram com o trabalho que estão agora a realizar? Se não, porquê? (Ver guia para a realização de focus group – APAV).

Um *focus group* é, de acordo com Lederman (ver Thomas et al., 1995 – cit. Rabiee, 2004:656), uma técnica que envolve o uso de entrevistas em grupo aprofundadas nas quais os participantes são seleccionados por serem uma amostra intencional, embora não necessariamente representativa, de uma população específica, sendo este grupo "focado" num determinado tópico. Os participantes neste tipo de pesquisa são, portanto, seleccionados com base em alguns critérios, como sejam o tema abordado, as características sócio-demográficas, que sendo semelhantes facilitam a conversa com o entrevistador e a interacção do próprio grupo (Rabiee, 2004). Uma vez que os *focus-group* são analisados mais como uma conversa do que como uma entrevista (Krueger, 2006), o que os distingue positivamente face a outro tipo de entrevistas, é a interacção que acontece dentro do grupo, ou seja (...) a capacidade de gerar dados com base na sinergia de interacção do grupo. (Rabiee, 2004: 656). A escolha deste método também permite facilitar a recolha da informação, designadamente pela rapidez e economia do método, já que consegue reunir vários interlocutores em simultâneo (Onwuegbuzie, Dickinson, Leech, Zoran, 2009).

As referidas entrevistas foram realizadas em Lisboa, Porto, Coimbra e Faro - em ambiente de Gabinete de Apoio à Vítima - e especificamente em Lisboa em ambiente de Linha de Apoio à Vítima. Dentro destes 5 grupos, 4 eram constituídos por 3 entrevistados e 1 por 5 entrevistados (ver quadros de crosstabs com caracterização de cada *focus group*). As 5 entrevistas de *focus group* foram devidamente preparadas para a importação no *software MaxQda*, nomeadamente, o facto de cada intervenção de cada participante corresponder a um novo parágrafo e cada intervenção começar com o nome do participante, em siglas (Nico, 2017). Ao importar o documento, o *software* diferencia automaticamente cada interveniente (criando documentos para cada um dentro do próprio *focus group*).

Apesar da homogeneidade dos grupos, uma vez que são todos/as voluntários/as a desempenhar funções na APAV, é pertinente caracterizar os participantes, de forma a poder ver as diferenças entre eles e os grupos a que pertencem. As variáveis criadas para esse efeito foram a *Idade* e *Área de formação*.

2. A construção das dimensões e respectivas categorias

Uma vez que se pretende dar resposta à função de “administração de prova”, e tendo em conta as entrevistas de *focus group* efectuadas, foi possível construir 3 dimensões de análise. A primeira das quais pretende dar resposta à pergunta: Será que o Altruísmo se verifica *per si*? Esta definição das dimensões em análise deriva da base teórica anteriormente apresentada. Desta forma, é através da dicotomia *Altruísmo versus Ajuda*, que se pretende confirmar a teoria de que o Altruísmo puro e desinteressado não existe, que este está sempre associado a qualquer contrapartida para quem o pratica. As duas restantes dimensões, pretendem perceber, por um lado e de forma mais detalhada, as motivações associadas ao trabalho voluntário (que acabam por estar relacionadas com a primeira dimensão) e, por outro, se as expectativas foram ou não cumpridas. No quadro seguinte é possível compreender a estruturação desta análise tridimensional, através das definições das categorias de cada dimensão, bem como por alguns exemplos práticos demonstrados (Mayring, 2000).

Dimensão	Categoria	Definição	Alguns exemplos
Altruísmo versus Ajuda	Altruísmo	O Altruísmo ou impulso altruísta não depende de reforço e o “bem” dos outros é procurado por si mesmo.	“Há um interesse altruísta...” (Porto - AM)
	Ajuda	Ajuda é uma “boa acção” feita com o propósito de obter reforços positivos, como por exemplo através da sensação de dever cumprido, existência de estímulos prévios para ajudar, para aliviar a própria tristeza, etc.	“Ajudar o outro e a experiência.” (Faro - AM)
Motivações para o voluntariado	“Ganhar alguma experiência”	Categoria “in vivo” (criada através do discurso de um dos intervenientes). Adquirir experiência, ganhar conhecimento, aprendizagem, crescimento profissional.	“Quería contribuir de alguma forma, mas também queria ganhar alguma experiência”. (Coimbra - CO)
	“Ver na prática”	Categoria “in vivo” (criada através do discurso de um dos intervenientes). “Ver na prática” - o contato direto com o mundo do trabalho, o passar da teoria à prática.	“Por outro lado, não era só a teoria, eu queria ver na prática porque as dificuldades são um pouco diferentes.” (Coimbra - CF)
	“Ser útil à sociedade”/Ajudar as pessoas	Categoria “in vivo” (criada através do discurso de um dos intervenientes) - Utilidade do voluntariado para a sociedade em geral, que se reflete mais especificamente na ajuda ao outro.	“A minha motivação é, essencialmente, ser útil à sociedade” (Coimbra - M)
	Complementar a área de estudo	Fazer voluntariado permite complementar a formação académica dos indivíduos; trabalhar competências na sua área profissional/académica.	“No meu caso foi para complementar os conhecimentos que adquiri no curso.” (Lisboa - AL)
	Trabalhar na área do crime	Interesse demonstrado pelo voluntário em trabalhar com a área do crime, designadamente com vítimas de crime, com crimes de violência doméstica e com crimes no geral.	“Foi essa a minha motivação: o desejo de trabalhar com vítimas de crime e conhecer melhor este universo.” (LAV - CM)
Expectativas sobre o voluntariado	Não tem correspondido às expectativas	A experiência de voluntariado não tem correspondido às expectativas que os voluntários tinham ao iniciar o desempenho das suas funções.	“(…) eu vinha com expectativas um pouco mais altas do que aquilo que acabei por alcançar. Pensei que ia ter maior ligação com o Direito do que aquilo que tem.” (Coimbra - CO)
	Tem correspondido às expectativas	A experiência de voluntariado tem correspondido às expectativas que os voluntários tinham ao iniciar o desempenho das suas funções.	“Tem correspondido bastante às expectativas que eu tinha.” (Porto - F)
	Tem superado as expectativas	A experiência de voluntariado tem sido tão positiva, que excedeu as expectativas que os voluntários tinham ao iniciar o desempenho das suas funções.	“(…) mas acho que tem estado a superar as expectativas.” (Lisboa - RM)

Tabela 1

3. A análise dos dados

Através da utilização do *software MaxQda* - e tendo em conta o tipo de entrevistas realizadas - foi possível efectuar a análise de conteúdo que a seguir se apresenta, com recurso a vários *outputs*. Estes resultados obtidos permitem uma análise a vários níveis, designadamente: caracterização das dimensões e categorias criadas; caracterização dos inquiridos e dos *focus-group*; interacção dos discursos entre a dimensão principal (*Altruísmo versus Ajuda*) e as duas restantes dimensões (*Motivações* e *Expectativas*); a ordenação e sequência dos discursos dos intervenientes relativamente à dimensão principal (*Altruísmo versus Ajuda*) e, finalmente, quais as palavras mais utilizadas para caracterizar as categorias *Altruísmo* e *Ajuda*.

Obtendo o *output* “Statistics of sub-codes”, para as 3 dimensões em análise, conseguimos analisar a composição interna de cada uma das dimensões, ou seja, o número ou percentagem que cada categoria aparece codificada na análise efectuada (tendo em conta os segmentos codificados). Numa análise preliminar, o gráfico do *Altruísmo versus Ajuda*, permitem-nos perceber que as questões relacionadas com a categoria *Ajuda* (ajuda ao próximo, tendo em vista alguma contrapartida), foram referidas em número superior do que as questões do *Altruísmo* (24 referências à *Ajuda* e 16 referências ao *Altruísmo*). Importa ainda realçar que as questões do *Altruísmo* são quase sempre prece-

ZANIF X-RAY FAST F 0107004155YS-799

STATIONERY X-RAY HOUSE PAD 22022005 SKULL(FRONT)

ESTA É UMA MARCA NUM HOMEM VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

VERGONHA

MODEL NO.: X100000 1954387200670

DESIGN METHODOLOGY CLINICS
EXAM NO: 2402
NAME: MR. SKELETON

SE A RECONHECE, LIGUE

CHAMADA GRATUITA

116 006

LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H

APAV[®]

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Apoio à Vítima

didadas das questões da Ajuda, como se o Altruísmo não existisse *per si*, sem uma ajuda *interessada* (Bussell, Forbes, 2002). Temos como disso exemplo os seguintes excertos: *E acho que o principal é isto. Ajudar o outro e a experiência.* (GAV Faro – AM -11); *Queria contribuir de alguma forma, mas também queria ganhar alguma experiência.* (Coimbra – CO - 12); *Uma pessoa gosta de ajudar, de cuidar, mas deve haver retorno.* (Faro – S – 31).

Altruísmo versus Ajuda

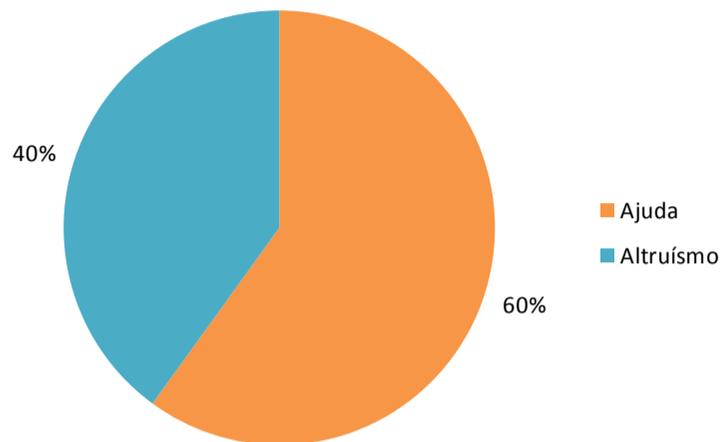


Gráfico 1 - Altruísmo versus Ajuda

Motivações para o voluntariado



Gráfico 2 - Motivações para o voluntariado

Expectativas sobre o voluntariado

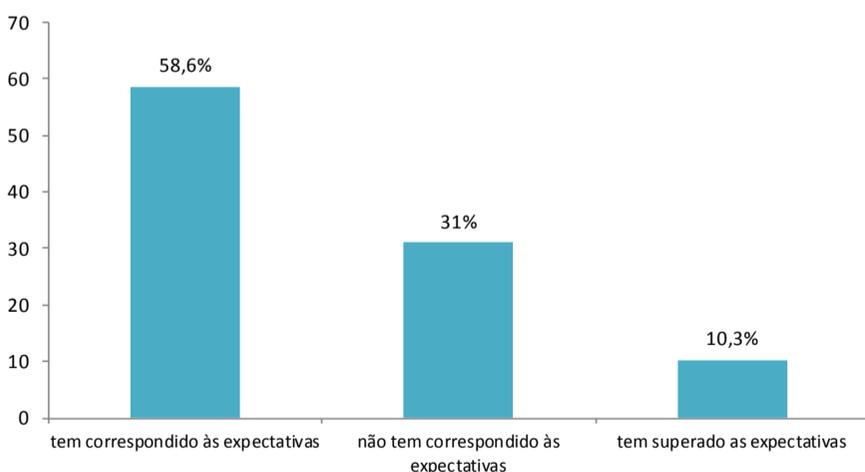


Gráfico 3 - Expectativas sobre o voluntariado

Quanto às motivações apresentadas para a realização do voluntariado, surgem sobretudo 2 razões, uma relacionada com o Altruísmo – ser útil à sociedade (23; 28,7% - *ser útil à sociedade* Coimbra - CO, 12) e outra relacionada com a Ajuda – ganhar alguma experiência (22; 27,5% - *É o crescimento profissional, o reconhecimento e as experiências que vamos adquirindo aqui.* - LAV – M - 14). Restam 3 razões ainda significativas quanto às Motivações: complementar a área de estudo

(19; 23,8% - *No meu caso foi para complementar os conhecimentos que adquirir no curso.* - Lisboa - AL - 8); ver na prática (9; 11,2% - *Há muitas questões que acabas por perceber como funcionam com a prática* - Coimbra – CF – 21) e trabalhar na área do crime (7; 8,8% - *E depois também há a questão do crime.* - Porto – F – 13), que no fundo não são mais do que razões também elas interligadas à Ajuda tendo em vista o retorno. A dimensão das Expectativas pretendia observar se as mesmas eram correspondidas, superadas ou não correspondidas. Em quase 70% das situações sinalizadas, estas foram correspondidas e mesmo superadas, validando o voluntariado como uma experiência muito positiva para quem o exerce.

De forma a perceber como as dimensões se cruzam entre si (ou seja o número de segmentos codificados simultaneamente em duas categorias), foi elaborado o *output* “code relation browser”. Pretende-se aqui perceber as relações que se estabelecem entre a principal dimensão analisada (Altruísmo versus Ajuda) e a dimensão das Motivações e da correspondência de Expectativas.

Cruzamento entre as 3 dimensões:

Categorias e respetivos códigos	Altruísmo	%	Ajuda	%
Altruísmo versus Ajuda : Altruísmo	--	--	7	24,1
Altruísmo versus Ajuda : Ajuda	7	38,9	--	--
Motivações: ganhar alguma experiência	1	5,6	4	13,8
Motivações: ver na prática	1	5,6	--	--
Motivações: ser útil à sociedade/ajudar as pessoas	9	50	16	55,2
Motivações: complementar a área de estudo	--	--	1	3,4
Motivações: Trabalhar na área do crime	--	--	--	--
Expectativas: Não tem correspondido às expectativas	--	--	--	--
Expectativas: tem correspondido às expectativas	--	--	1	3,4
Expectativas: Tem superado as expectativas	--	--	--	--
Total	18	100	29	100

Tabela 2

Como é possível analisar, as categorias Altruísmo e Ajuda cruzam-se algumas vezes durante o discurso dos voluntários (... *também queria apenas vir ajudar as vítimas e não tinha muito conhecimento do que a APAV fazia e daquilo que depois aprendi.* - Entrevista GAV Lisboa – AL - 14). No entanto, as maiores evidências dizem respeito ao cruzamento do Altruísmo e da Ajuda com a motivação ser útil à sociedade/ajudar as pessoas (50% para o Altruísmo e 55,2% para a Ajuda). Alguns segmentos dos discursos são bem notórios, designadamente *A minha primeira motivação foi realmente ajudar o outro (...)* (Entrevista GAV - Faro – AM - 11) ou *Sempre gostei de contribuir, de alguma forma, para a sociedade (...)* (Entrevista – Coimbra – CF – 9). A Ajuda, como categoria mais referenciada em praticamente todos os discursos analisados, ainda surge cruzada de forma significativa com a Motivação - ganhar alguma experiência - como é disso exemplo o seguinte caso - *Queria contribuir de alguma forma, mas também queria ganhar alguma experiência* (Entrevista - Coimbra – CO – 12).

Quanto às expectativas, só se cruzaram 1 vez com a categoria Ajuda, no que diz respeito de o facto do voluntariado ter correspondido às expectativas. A análise efetuada com as expectativas prendia-se sobretudo à correspondência ou não das mesmas e possível superação, face ao inicialmente esperado pelos voluntários, daí a quase inexistência de cruzamento com as categorias Altruísmo e Ajuda.

A análise de *focus group*, apesar de se centrar sobretudo nos discursos

dos intervenientes em grupo, também possibilita a análise dos indivíduos de acordo com as suas características. Para compreender a caracterização dos focus group por característica dos indivíduos (idade e área de formação), bem como o cruzamento com a dimensão principal (*Altruísmo versus Ajuda*), foram efectuados os seguintes *crosstabs*:

Crosstabs de idade e área de formação por focus group:

Focus Group Coimbra		Idade			Área de Formação			
		22-32	33-43	44-54	Direito	Serviço Social	Psicologia	Estudos Europeus
Altruísmo	40%	40%	--	--	33,30%	--	--	50%
Ajuda	60%	60%	--	--	66,70%	--	--	50%
Total	100%	100%	--	--	100%	--	--	100%
N (participantes)		3	--	--	2	--	--	1

Tabela 3

Focus Group Faro		Idade			Área de Formação			
		22-32	33-43	44-54	Direito	Serviço Social	Psicologia	Estudos Europeus
Altruísmo	50%	--	50%	50%	--	50%	50%	--
Ajuda	50%	--	50%	50%	--	50%	50%	--
Total	100%	--	100%	100%	--	100%	100%	--
N (participantes)		--	3	2	--	1	4	--

Tabela 4

Focus Group Porto		Idade			Área de Formação			
		22-32	33-43	44-54	Direito	Serviço Social	Psicologia	Estudos Europeus
Altruísmo	50%	50%	50%	--	50%	50%	--	--
Ajuda	50%	50%	50%	--	50%	50%	--	--
Total	100%	100%	100%	--	100%	100%	--	--
N (participantes)		1	2	--	1	1	1	--

Tabela 5

Focus Group Lisboa		Idade			Área de Formação			
		22-32	33-43	44-54	Direito	Serviço Social	Psicologia	Estudos Europeus
Altruísmo	60%	60%	--	--	100%	50%	50%	--
Ajuda	40%	40%	--	--	--	50%	50%	--
Total	100%	100%	--	--	100%	100%	100%	--
N (participantes)		3	--	--	1	1	1	--

Tabela 6

Focus Group LAV		Idade			Área de Formação			
		22-32	33-43	44-54	Direito	Serviço Social	Psicologia	Estudos Europeus
Altruísmo	25%	33,30%	--	--	--	--	25%	--
Ajuda	75%	66,70%	100%	--	--	--	75%	--
Total	100%	100%	100%	--	--	--	100%	--
N (participantes)		2	1	--	--	--	3	--

Tabela 7

Dos 5 *focus group* em análise, 2 deles fizeram referências a *Altruísmo* e *Ajuda* na mesma proporção (50% para cada categoria nos *focus group* de Faro e Porto). Ambos os grupos tinham participantes de mais do que uma área profissional, apesar de existirem diferenças etárias (*focus group* de Faro – idades mais concentradas entre os 44 e os 54 anos; *focus group* do Porto – idades mais concentradas entre 33 e os 43 anos). Somente o grupo da LAV (Linha de Apoio à Vítima) tinha interlocutores de uma só área de formação (Psicologia). Para este grupo LAV as idades situavam-se sobretudo entre os 22 e os 32, e a categoria *Ajuda* terá sido mais vezes mencionada (75%). No *focus group* de Lisboa, a distribuição dos interlocutores por 3 áreas de formação é evidente, tendo o discurso *Altruísta* sobressaído face à *Ajuda* para idades entre os 22 e os 33 anos. Os grupos de Coimbra e da LAV referenciaram mais vezes a *Ajuda* (60% e 75% respectivamente), estando as idades concentradas na faixa etária mais baixa para os 2 grupos (entre os 22 e os 33 anos).

De seguida, apresentam-se os mapas dos documentos (*output* “document portrait”) – 1 por *focus group* – que espelham a distribuição e sequência do discurso dos intervenientes, no que diz respeito à dimensão principal. Estes mapas permitem visualizar como os segmentos associados a *Altruísmo* e *Ajuda*, surgem no discurso. Com uma apresentação gráfica muito apelativa, cada mapa permite visualizar a distribuição das categorias em cada *focus group*.

Mapa dos documentos, por focus group, segundo a dimensão Altruísmo versus Ajuda:

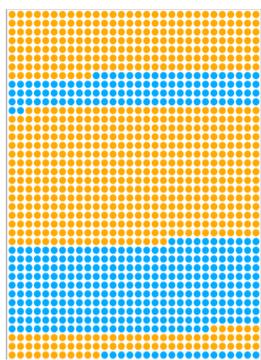


Imagem 1 - Focus Group
Coimbra

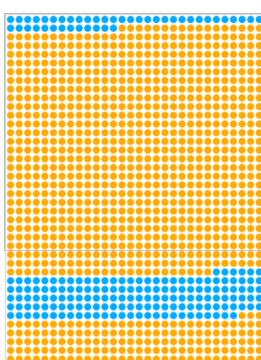


Imagem 2 - Focus Group
Porto

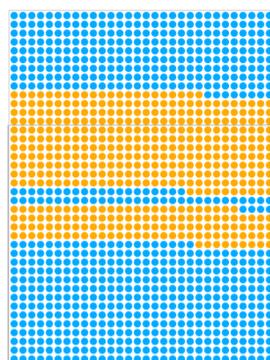


Imagem 3 - Focus Group
Lisboa

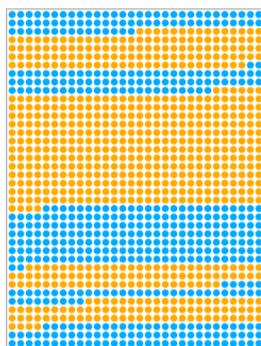


Imagem 4 - Focus Group
Faro

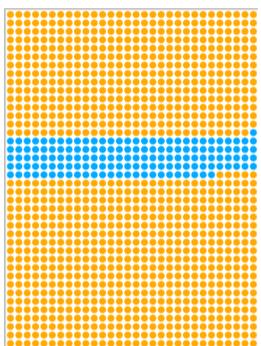


Imagem 5 - Focus Group
LAV

Legenda:
Azul – Altruísmo
Laranja – Ajuda

Como se pode observar no mapa de cada *focus group*, a Ajuda sobressai nitidamente face ao Altruísmo, no entanto há 3 grupos onde se verificaram maiores oscilações e maiores referências a ambas as categorias (Coimbra, Lisboa e Faro). Contudo, e como confirmado nos quadros acima referenciados (crosstabs por *focus group*), Lisboa registou mais segmentos de texto com referência a Altruísmo (60%) e menos para Ajuda (40%). Já o grupo da LAV focou-se nitidamente no discurso afeto à Ajuda (com registos na ordem dos 75%).

Analisando os discursos de forma mais aprofundada, é possível observar como estes fluem constantemente entre as categorias Altruísmo e Ajuda:

Queria contribuir de alguma forma, mas também queria ganhar alguma experiência – GAV Coimbra (CO - 12).

Há um interesse altruísta e outro interesse mais egoísta. É egoísta porque é uma coisa que me faz sentir bastante bem, acho que não é muito ortodoxo dizer isso mas o facto de vermos pessoas com problemas bastante piores que os nossos ajuda-nos no dia-a-dia a relativizar aquilo que passamos e a dar mais valor a certas coisas. Acima de tudo, é o sentimento de ajuda e de dever cumprido, mesmo nos dias mais difíceis, ao final do dia sabemos que ajudamos alguém. E também ao nível emocional, traz-nos uma bagagem (...) – GAV Porto (AM -8).

(...) também queria apenas vir ajudar as vítimas e não tinha muito conhecimento do que a APAV fazia e daquilo que depois aprendi – GAV Lisboa (AL - 14).

E acho que o principal é isto. Ajudar o outro e a experiência – GAV Faro (AM - 11).

Era uma forma de ocupação, mas também a minha forma de ajudar os outros que, no fundo, também tem que ver com a minha área de intervenção – LAV (CC - 9).

Conclusão

Em jeito de conclusão, foram elaboradas nuvens de palavras

para as duas principais categorias. Este instrumento permite visualizar as palavras que foram mais frequentemente utilizadas para caracterizar o Altruísmo e a Ajuda. Os resultados obtidos foram os seguintes:



Imagem 6 - Altruísmo



Imagem 7 - Ajuda

Apesar de os discursos terem algumas palavras semelhantes para as categorias Altruísmo e Ajuda, a categoria Ajuda refere mais as capacidades, a experiência, o retribuir, a comunidade e o retorno. Por sua vez, a categoria Altruísmo foca-se mais no gosto, na motivação e na contribuição, no entanto, palavras como experiência e contribuir são bastante utilizadas, demonstrando que os motivos apresentados para o voluntariado implicam algum tipo de retorno.

No fundo, os discursos no seu todo e as palavras escolhidas falam por si, confirmando que o voluntariado é um acto de solidariedade e altruísmo, mas que implica sempre algum “interesse egoísta” para quem o pratica, seja pela experiência adquirida, pela sensação de bem-estar que traz ao voluntário, pela contribuição prestada à sociedade, etc.

Como tão bem espelham os discursos dos entrevistados, o Altruísmo per si não foi encontrado:

E acho que o principal é isto. Ajudar o outro e a experiência. (GAV Faro – AM -11);

Uma pessoa gosta de ajudar, de cuidar, mas deve haver retorno. (Faro – S – 31);

Há um interesse altruísta e outro interesse mais egoísta. (Porto – AM – 8).

Referências:

APAV (2016-2017), Plano de Acção para o Voluntariado.

Bardin, Laurence (2009[1977]), *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Coimbra.

Bussel, H. and Forbes, D. (2002), Understanding the volunteer market: The what, where, who and why of volunteering, *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 7 (3), pp: 244-257.

Evers, Jeanine C. (2011), From the Past into the Future. How Technological Developments Change Our Ways of Data Collection, Transcription and Analysis, *Forum: Qualitative Social Research*, Volume 12, No. 1, Art. 38.

Gob, Giampietro (2005), The Renaissance of Qualitative Methods, *Forum: Qualitative Social Research*, Volume 6, No. 3, Art. 42.

Krueger, Richard A. (2006), Analysing focus group interviews, *Spotlight on Research series in the Journal of Wound, Ostomy and Continence Nursing*, Summer.

Lei n.º71/1998 de 3 de Novembro - Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado.

Leyens, Jacques-Philippe, Yzerbyt, Vincent (2011), Atracção e altruísmo, in *Psicologia Social*.

Maryring, Philipp (2000), Qualitative content analysis, *Forum: qualitative social research*, Vol. 1 (2), art. 20.

MaxQda, *The art of Data Analysis, Getting Started Guide*.

MaxQda, *The art of Data Analysis, MaxQda 12, Reference Manual*.

Nico, Magda (2016/2017), Da análise de conteúdo à análise quantitativa: potencialidades do MaxQda, *Unidade curricular da Pós-graduação em Análise de Dados em Ciências Sociais*.

Onwuegbuzie, Antony J., Dickinson, Wendy B., Leech, Nancy L., Zoran, Anmarie G. (2009), A Qualitative Framework for Collecting and Analysing Data in Focus Group Research, *International Journal of Qualitative Methods*.

Rabiee, Fatemeh (2004), Focus-group interview and data analysis, *Proceedings of the Nutrition Society*, 63, pp: 655-660.

Satu, Elo & Helvi Kynga's (2007), The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing* 62(1), pp: 107-115.

Schilling, Jan (2006), On the Pragmatics of Qualitative Assessment Designing the Process for Content Analysis, *European Journal of Psychological Assessment*; Vol. 22(1), pp: 28-37.

Smith, Karen A., Holmes, Kirsten, Haski-Leventhal, Debbie, Cnaan, Ram A., Handy Femida, Brudnwy, Jeffrey L. (2010), Motivations and Benefits of Student Volunteering: Comparing Regular, Occasional, and Non-Volunteers in Five Countries, *Canadian Journal on Nonprofit and Social Economy Research*, Vol.1, No 1, Fall/Autume, pp: 65-81.

Smithson, Janet (2000), Using and analyzing focus groups: limitations and possibilities, *Int. J. Social research methodology*, vol. 3, no. 2, pp: 103-119.

Teixeira, Alex N, Becker, Fernando (2001), Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS, *Sociologia*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, pp: 94-113.





© APAV | 2020

instituição de solidariedade social - pessoa coletiva de utilidade pública

Rua José Estêvão, 135 A, Piso 1,
1150-201 Lisboa

Tel. 21 358 79 00
apav.sede@apav.pt

APAV[®]

associação portuguesa de
Apoio à Vítima

CHAMADA GRATUITA

116 006

LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H

